



RELATÓRIO DA RECEITA
PL nº 18/2016-CN

“Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017”

DEPUTADO DANIEL VILELA
Relator da Receita

DEPUTADO ARTHUR LIRA
Presidente da CMO



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

ÍNDICE

1. RELATÓRIO	3
1.1 Considerações Iniciais	3
1.2 Resumo da Reestimativa da Receita para 2017	5
1.3 Cenário Econômico-Fiscal	6
1.4 Reestimativas de Receita do Congresso Nacional Comparadas com as Receitas Realizadas.	12
1.5 Receitas Primárias em 2016.....	15
1.6 Receitas Primárias na Proposta para 2017	19
1.6.1 Receitas Administradas pela RFB, 2017	20
1.6.2 Receita do RGPS, 2017.....	23
1.6.3 Receitas Não-Administradas, 2017	23
1.6.4 Avaliação das Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta para 2017	25
1.7 Receitas Financeiras na Proposta para 2017	28
1.8 Receitas do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais.....	29
1.9 A PEC 241/2016 e as Reestimativas de Receitas Feitas Pelo Congresso Nacional.....	30
1.10 Reestimativa das Receitas Primárias para 2017. Resultados	33
1.10.1 Reestimativa das Receitas Administradas pela RFB para 2017.	38
1.10.2 Metodologia	38
1.10.3 Reestimativa das Receitas Administradas pela RFB para 2017. Resultados	39
1.11 Ajustes Técnicos para Adequação das Fontes de Recursos e Outros Decorrentes deste Relatório	39
1.12 - Parecer às Emendas à Receita e de Renúncia de Receita Apresentadas	39
1.13 Anexos	41
2. VOTO	41
3. ANEXO I.....	42



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

PARECER da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), sobre o **Relatório da Receita** de que trata o § 1º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006 - CN, relativo ao Projeto de Lei nº 18, de 2016 – CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017”.

RELATOR: Deputado DANIEL VILELA

1. RELATÓRIO

1.1 Considerações Iniciais

1. Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto do corrente ano, o Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN (Mensagem nº 472, de 2016-CN), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017.
2. Por indicação das lideranças partidárias e designação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), **Deputado Arthur Lira**, foi-nos atribuída a honrosa tarefa de avaliar e relatar a receita para o exercício de 2017.
3. Conforme é de conhecimento dos integrantes desta Comissão, a avaliação das estimativas de receitas é realizada ao amparo do que estabelece o art. 166, § 3º, III, “a”, da Constituição Federal e em obediência ao disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
4. Por sua vez, a Resolução nº 1, de 2006-CN, que trata da tramitação das matérias na CMO, em seu art. 30, § 1º, determina que, na apreciação do projeto de lei orçamentária, a avaliação da receita seja feita em separado das demais funções desse Colegiado, sendo o Relatório da Receita objeto de apreciação e votação antes da apresentação do Relatório Preliminar do



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

Relator-Geral do Orçamento. Eventuais reestimativas de receitas são elaboradas nessa etapa, admitindo-se sua revisão no caso de alteração posterior do cenário macroeconômico ou da legislação tributária. Informações complementares relativas às projeções oficiais das principais variáveis estavam disponíveis em 15 de setembro e deveriam ter sido atualizadas até 21 de outubro, se tivesse prevalecido o substitutivo do projeto de LDO para 2017 aprovado na Comissão de Orçamento.

5. Nosso Relatório foi elaborado com o auxílio do Comitê de Avaliação da Receita, de que trata o art. 23 daquela Resolução. Agradeço aos **Senadores Regina Sousa, Fernando Bezerra Coelho e Romero Jucá** e aos **Deputados Hiran Gonçalves, Júlio Cesar, Lúcio Vale, Luciano Ducci, Duarte Nogueira, e Reginaldo Lopes**, que o integram.
6. O conteúdo deste Relatório observa o estabelecido no art. 34 da mesma Resolução. Procurou-se neste documento, a partir do exame da conjuntura, da evolução recente da arrecadação e de hipóteses de comportamento das principais variáveis macroeconômicas, avaliar a metodologia e as estimativas de receitas contidas no Projeto de Lei Orçamentária para 2017.
7. Ressalte-se que se encontra em tramitação no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 241/2016, que pretende instituir o “Novo Regime Fiscal” por 20 anos e limitar o crescimento da despesa primária federal pelos próximos 10 exercícios a partir de 2017 à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. A referida PEC, na forma do substitutivo, foi aprovada na Câmara dos Deputados em dois turnos e, na forma da PEC 55/2016, tramita atualmente no Senado Federal, com a perspectiva de sua aprovação antes do fim deste exercício.
8. Refletindo o novo regime que a PEC 241/2016 pretende inaugurar, o substitutivo ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 também prevê, em seu art. 3º, a aplicação da referida regra. A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2017 encaminhado ao Congresso (PLOA 2017) já a considerou, em tudo que não dependesse de mudança transitória de dispositivo constitucional.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

9. Foram apresentadas 2 (duas) emendas à Receita no período de 1º a 20 de outubro, sendo também objeto de apreciação neste Relatório.

1.2 Resumo da Reestimativa da Receita para 2017

10. A conclusão deste Relatório é que a receita primária constante do Projeto de Lei Orçamentária para 2017 está bem estimada na Proposta, fundamentada em hipóteses bastante plausíveis de comportamento das variáveis macroeconômicas e outros indicadores. Entretanto, está em tramitação no Senado Federal o Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2016, que “Concede novo prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de que trata a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que, por sua vez, “Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País”.
11. A adesão ao programa instituído pela Lei nº 13.254, de 2016, deu-se mediante entrega da declaração dos recursos, bens e direitos sujeitos à regularização e pagamento integral do imposto e da multa previstos na referida Lei até 31 de outubro de 2016, e a arrecadação total foi de R\$ 46,8 bilhões, dos quais R\$ 36 bilhões pertencentes à União.
12. As receitas primárias, incluindo a compensação do RGPS por desonerações ainda vigentes, foram reestimadas neste Relatório em R\$ 1.406,8 bilhões, o que resulta em acréscimo de R\$ 13,2 bilhões, ou 0,95% da estimativa de R\$ 1.393,6 bilhões da Proposta para 2017.
13. A Tabela I, a seguir, mostra os itens de receita que foram reestimados e os correspondentes aumentos de receitas bruta e líquida.



TABELA I

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, 2017

REESTIMATIVA DAS RECEITAS PRIMÁRIAS, RESUMO DAS VARIAÇÕES

(R\$ Milhões)

Discriminação	Variações da Receita		
	Bruta	Transferências a Estados e Municípios	Líquida da União
A=A.1+A.2. Receitas Administradas pela RFB (exceto RGPS)	13.180,0	3.031,4	10.148,6
A.1 Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - Pessoa Física	6.590,0	3.031,4	
A.2 Multas do Regime Especial de Regularização Cambial/100% sobre o imposto apurado	6.590,0		6.590,0

Fonte: Receita Federal do Brasil; PL 18/16-CN. Elaboração das Consultorias.

1.3 Cenário Econômico-Fiscal

14. Em Anexo a este Relatório encontra-se Tabela de Parâmetros mostrando valores observados e a previsão dessas variáveis na PLOA 2017 comparada com os recentes prognósticos dos analistas do mercado financeiro consultados pelo Banco Central.

15. As estimativas de receitas no Projeto de Lei Orçamentária fundam-se, regra geral, na arrecadação realizada até julho de 2016 e a projetada para o restante do exercício, tendo-se em conta nos cálculos as hipóteses de comportamento dos parâmetros relevantes até o final deste exercício e em 2017. Esse método de previsão é particularmente válido para as receitas administradas pela RFB.

16. Tais indicadores são não apenas os índices geral de preços e de preços ao consumidor, mas também de preços específicos de produtos ou mercadorias, o crescimento da economia, a variação da massa salarial, o câmbio e a taxa de juros, para citar os mais importantes.

17. Na Tabela, os indicadores referentes à 3ª Avaliação correspondem à reprogramação para 2016 elaborada pelo Poder Executivo antes do encaminhamento ao Congresso do PLOA 2017, e os referentes à 4ª Avaliação, à projeção de receitas mais atualizada para o corrente exercício. Os indicadores econômico-fiscais estimados, usados pelo Poder Executivo



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

na previsão de receitas para 2016 e para 2017, foram predominantemente os que constaram de grade de parâmetros da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda datada de 11 de agosto deste ano.

18. De acordo com o projeto de LDO para 2017, Anexo II, XXI, em 21 de novembro deverá haver comunicação do Poder Executivo sobre eventual adoção de novas hipóteses de comportamento futuro para os principais parâmetros macroeconômicos, sem que isso comprometa o Relator da Receita, ou o Comitê, com a realização de novas reestimativas.
19. O PLOA 2017 baseia suas projeções fiscais na retomada gradual do crescimento econômico, a partir da recessão que a economia brasileira vem atravessando. Na avaliação oficial, as perspectivas para o ano de 2017 são moderadamente alentadoras.
20. O arrefecimento da economia brasileira, com a persistência da crise externa, é perceptível, e as expectativas de crescimento para 2016 tiveram que ser revistas para menor no decorrer do exercício. Inicialmente, o PLOA para 2016 previa crescimento de 0,2% do PIB, mas, diante das dificuldades que enfrentava o país, o Congresso fez constar da Lei Orçamentária Anual (LOA) como hipótese de comportamento da atividade econômica queda real de 1,9%. No decorrer deste exercício, o Poder Executivo reviu para pior seu prognóstico nos sucessivos Relatórios Bimestrais de Avaliação e, na 4ª Avaliação, em final de setembro, estimou o decréscimo do PIB em 3%, reflexo da deterioração continuada da conjuntura macroeconômica.
21. Todavia, a capacidade produtiva hoje ociosa permite que se espere para 2017 crescimento de 1,6%, de acordo com o PLOA. Assim, estimou a Proposta que o PIB nominal de 2016 atingisse R\$ 6.253,3 bilhões e cerca de R\$ 6.821,9 milhões em 2017, com um aumento nominal de 9,1%. A recuperação, do lado da demanda, será impulsionada pelo destravamento dos negócios, estimulando o investimento, em especial em infraestrutura. Ambas as taxas, para 2016 e 2017, são moderadamente otimistas.
22. No mesmo dia em que a proposta orçamentária foi encaminhada, o IBGE divulgou que a atividade econômica se retraiu 0,6% no 2º trimestre frente ao



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

trimestre imediatamente anterior. Após a nona queda trimestral consecutiva, o País recuou 4,6% no primeiro semestre de 2016, comparativamente aos seis primeiros meses de 2015. Na comparação com o segundo trimestre de 2015, o PIB caiu 3,8%.

23. Os analistas do mercado financeiro ouvidos pela sondagem Focus em 4 de novembro esperam, para 2016, variação negativa do PIB de 3,31% e, para 2017, crescimento de 1,20%. Os prognósticos para 2016 e 2017 vieram melhorando desde a projeção feita em 20 de maio, e voltaram a piorar em 7 de outubro, relativamente a 2016, e em 21 de outubro, para 2017.
24. O Banco Central, no Relatório de Inflação de setembro, prevê decréscimo do produto interno de 3,3% em 2016 e, para 2017, crescimento de 1,3%. O Fundo Monetário Internacional, conforme divulgado no Panorama Econômico Mundial, de 4 de outubro, estima que a economia brasileira encolherá 3,3% em 2016 e terá leve avanço, de 0,5%, em 2017. Para o Banco Mundial, a projeção de junho de 2016 é de que o Brasil tenha nova queda, de 0,2% do PIB em 2017, após a retração de 4,0% prevista para este ano.
25. Depois de atingir o nível mais baixo da história entre outubro de 2012 e abril de 2013 (aos 7,25% a.a.) a meta para a taxa Selic foi ininterruptamente elevada e, tendo ficado desde junho de 2015 no patamar de 14,25%, e reduzida para 14% na 202ª reunião do Conselho de Política Monetária (18 e 19 de outubro). Os analistas de mercado estimam que em 2016 a Selic continuará sua trajetória de queda, com expectativa de que ao final ano esteja em 13,75%. O IPCA de setembro desacelerou e o comportamento de componentes importantes do índice aumentam a possibilidade que se realize corte mais amplo na taxa na próxima reunião do Copom na reunião de 28 e 29 de novembro.
26. O IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), subiu 0,08% em setembro, a menor taxa para o mês desde 1998. No acumulado do ano a inflação foi de 5,51% e em doze meses de 8,48%. De acordo com o Relatório de Inflação do Banco Central de setembro, a evolução dos preços evidencia processo de desinflação em curso. No



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

entanto, a velocidade com que esse processo se dará permanece incerta. O Projeto de Lei Orçamentária prevê inflação de 7,2% para 2016 e 4,8% e para 2017. O mercado por sua vez já estima que o IPCA terminará este ano em 6,88% e que em 2017 ficará em 4,94%.

27. A oferta de petróleo vem excedendo a demanda no mercado global. Consoante essa circunstância, na Proposta empregou cotação média do barril do tipo Brent de US\$ 42,40 para 2016, em queda em relação à 3ª Avaliação (US\$ 45,17), e de US\$ 46,80 para 2017. Entretanto, esse mercado é muito volátil, e o acordo obtido na Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) para limitar a produção mundial, o que não ocorria desde 2008, trouxe um novo ânimo ao preço do óleo no mercado internacional. Já a 4ª Avaliação registrou a recuperação, revendo a previsão da cotação média do barril do tipo Brent em 2016 para US\$ 44,00.
28. De acordo com o Banco Mundial (*Commodity Markets Outlook*, de outubro), a média da cotação do barril de óleo cru neste ano, até setembro, foi de US\$ 42,00. Com as novas perspectivas para a produção e para o consumo, estima que o preço será, em 2016, de US\$ 43,30 na média, e US\$ 55,20 em 2017.
29. O câmbio, conforme os prognósticos mais recentes do mercado, tanto em fim de período, como na média, não difere significativamente do previsto no Projeto de Lei Orçamentária. Em fim de período, o Executivo estima para 2016 a cotação do dólar em R\$ 3,30, e o mercado, em R\$ 3,20. Para 2017, a proposta orçamentária estima a cotação em fim de período em R\$ 3,50, enquanto que o mercado estima R\$ 3,39.
30. Os efeitos negativos da recessão sobre o mercado de trabalho, que se manifestam nos indicadores de ocupação desde meados do ano passado, se intensificaram em 2016 e estão prejudicando o desempenho não apenas emprego, mas também da renda. No terreno das previsões, o Projeto de Lei Orçamentária contempla expansão da massa de 2,4% em 2016 e para 2017 projeta-se avanço de 7,4%.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

31. Parâmetros específicos afetarão itens relevantes da Receita Administrada em 2017, como a queda das vendas de produtos do fumo e pequeno crescimento nas vendas de veículos.
32. Por conta do baixo crescimento até agora, as contas públicas em 2016 não estão evoluindo satisfatoriamente, particularmente os resultados primários. O Poder Executivo então decidiu propor alteração das metas para 2016 e 2017 constantes de projetos em tramitação no Congresso Nacional: PL nº 01/2016-CN, que propunha alteração da meta constante da LDO 2016, convertido na Lei nº 13.291, de 25/05/2016; e PL nº 02/2016, que constitui o PLDO 2017, em relação ao qual o Plenário do Congresso Nacional aprovou um substitutivo, ainda pendente de apreciação de três destaques para votação em separado.
33. Para todo o setor público, a Proposta prevê novo déficit primário, porém menor, fruto da saída do país, em 2017, de uma profunda recessão. A meta de déficit primário passa de R\$ 163,9 bilhões em 2016 para R\$ 143,1 bilhões em 2017. Estados e Municípios saem de posição superavitária em 2016, para deficitária em 2017.
34. A projeção de queda do déficit da União, de R\$ 170,5 bilhões, para R\$ 139 bilhões em 2017, fundamenta-se também na adoção de medidas de melhoria da gestão e no início do processo de ajuste estrutural das contas públicas. Representam, respectivamente, à luz da 4ª Avaliação e da Proposta, 2,73% do PIB e 2,04% do PIB, respectivamente. Os analistas consultados pelo Banco Central, em 4 de novembro, previam déficit equivalente a 2,60% do PIB em 2016 e 2,20% do PIB em 2017.
35. O PLOA 2017 foi elaborado tendo em conta as disposições da PEC 241/2016 e do Substitutivo do PLDO 2017, que limitam o crescimento das despesas primárias dos orçamentos fiscal e seguridade à correção baseada na inflação passada, ressalvados as exclusões previstas na PEC. Com isso, busca-se estabilizar o crescimento da despesa primária, visando conter, e adiante reverter, a rápida expansão da dívida pública. Dessa forma, o teto de gastos para as despesas primárias já foi aplicado na elaboração do PLOA 2017,



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

salvo quanto a limites individualizados por Poder e órgão autônomo. A partir de 2017, conviverão meta primária e teto para as despesas, e a soma das dotações primárias no Orçamento será o menor resultado da aplicação dos dois critérios.

36. O resultado primário consolidado até setembro de 2016 foi de déficit de R\$ 85,5 bilhões. O Governo Central e empresas estatais incorreram em déficits primários de R\$ 94,5 bilhões e R\$ 600 milhões, respectivamente, enquanto os governos regionais obtiveram superávit de R\$ 9,6 bilhões. Em doze meses, o déficit do setor público consolidado é de R\$ 188,3 bilhões (3,08% do PIB).
37. É acentuada a deterioração do resultado primário em 2016 relativamente a 2015, em especial quando se analisa a posição do governo central: até setembro, acumulou-se um déficit de R\$ 94,5 bilhões (2,1% do PIB), contra déficit de R\$ 21,7 bilhões (0,5% do PIB) em 2015. Todavia, considerando a nova meta estabelecida de R\$ 170,5 bilhões, a União não encontrará dificuldades em cumpri-la.
38. Para este ano, com economia primária negativa, taxa de juros elevada e ausência de crescimento, o endividamento público deverá se agravar. A partir de 2014 houve uma reversão da trajetória de queda da dívida líquida do setor público, de 30,6% do PIB em dezembro de 2013, para 33,1% em 2014 e, 36,20% em 2015. A dívida líquida do setor público alcançou R\$ 2,7 trilhões (44,1% do PIB) em setembro, elevando-se 0,8 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. No ano, houve elevação de 7,9 p.p. na relação DLSP/PIB, decorrente principalmente da incorporação de juros, da valorização do real, do déficit primário e da queda do PIB nominal.
39. O PLOA 2017 estima que a dívida líquida termine este ano em 45,9% do PIB e, para 2017, continue a crescer, alcançando 51,4%. Os analistas consultados semanalmente pelo Banco Central estavam ligeiramente mais otimistas em 4 de novembro, e previam um aumento para 45,15% do PIB em 2016 e 49,80% em 2017.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

40. A dívida bruta também continuou progredindo rapidamente e, no acumulado até setembro, teve seu maior nível desde 2002, equivalente a 70,7% do PIB, uma elevação de 4,2 p.p. do PIB em relação a dezembro de 2015, e de 19,4 p.p. do PIB em relação a 2011. A proposta orçamentária contempla a hipótese de elevação da dívida bruta a 72,5% do PIB ao fim deste ano. Para 2017, por sua vez, prevê que chegue a 77,2% do PIB. Analistas consultados mensalmente pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda estimavam no Prisma Fiscal de setembro que a dívida bruta alcançará 73,5% do PIB em 2016, e 78,2% do PIB em 2017.
41. O déficit nominal cresceu mais de 70% entre 2014 e 2015, passando de 6,05% do PIB para 10,38%. Contudo, a LDO de 2016 prevê para 2016 uma leve melhora, para 8,96% do PIB. O mercado está um pouco mais pessimista e calcula que o resultado deste ano será um déficit de 9,23% do PIB. Para 2017, a Proposta prevê déficit nominal de 8,25% e os analistas do mercado esperam 8,84%.

1.4 Reestimativas de Receita do Congresso Nacional Comparadas com as Receitas Realizadas.

42. As estimativas de receita constantes das propostas orçamentárias encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo foram, regra geral, até a crise de 2008/2009, inferiores aos valores efetivamente realizados. Desde 2009, exceto por 2011, o arrecadado tem ficado abaixo da estimativa da Proposta¹, como mostra a Tabela II.

¹ Em 2010, a receita realizada, considerando o ingresso extraordinário de R\$ 78,4 bilhões, produto da venda de 5 bilhões de barris de petróleo pela União à Petrobras, ficou acima da Proposta em R\$ 71 bilhões.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

TABELA II
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, 2017
RECEITA PRIMÁRIA BRUTA ⁽¹⁾

(R\$ Milhões)

	Proposta	Lei	Realizado	Diferenças		Memo: Acréscimo Congresso
				Realizado e Proposta	Realizado e Lei	
2004	398.554	411.133	420.550	21.996	9.417	12.579
2005	457.404	482.454	490.737	33.333	8.283	25.050
2006	526.219	545.902	545.630	19.411	(272)	19.683
2007	603.411	618.272	620.357	16.947	2.085	14.862
2008	682.723	687.577	717.442	34.719	29.865	4.855
2009	808.884	805.286	740.628	(68.256)	(64.658)	(3.598)
2010 ⁽²⁾	853.606	873.895	846.247	(7.359)	(27.648)	20.289
2011	967.626	990.475	991.038	23.412	563	22.849
2012	1.097.341	1.127.323	1.058.455	(38.886)	(68.868)	29.982
2013	1.214.292	1.238.145	1.169.968	(44.324)	(68.177)	23.853
2014	1.298.354	1.314.613	1.203.414	(94.940)	(111.199)	16.259
2015	1.447.658	1.429.660	1.222.382	(225.276)	(207.278)	(17.998)
2016 ⁽³⁾	1.383.335	1.433.457	1.260.310	(123.025)	(173.147)	50.121
2017	1.393.633					

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal. Elaboração das Consultorias.

⁽¹⁾ Não inclui compensação por desoneração da folha.

⁽²⁾ Exclui receitas decorrentes da cessão onerosa de barris de petróleo à Petrobras.

⁽³⁾ Realizado se refere à estimativa constante da 4ª Avaliação bimestral.

43. A 4ª Avaliação de 2016², elaborada pelo Poder Executivo, mostra que a arrecadação seria inferior em R\$ 123 bilhões à da Proposta, antes de computar novas frustrações em setembro e outubro, e também o resultado da tributação sobre valores regularizados, mantidos no exterior. No entanto, se considerada apenas a Receita Administrada pela Receita Federal do Brasil, a diferença reconhecida em agosto é de R\$ 82,7 bilhões. Todas as demais receitas também caem, em especial as derivadas de operações com ativos (queda de R\$ 26,4 bilhões na previsão). Caso a 4ª Avaliação estivesse correta, o realizado em 2016 ficaria R\$ 173,1 bilhões abaixo da Lei, e as receitas administradas, R\$ 109,5 bilhões. Em 2015, a frustração nas receitas do orçamento foi de mais de R\$ 200 bilhões.

44. No passado, o Congresso teve êxito em sucessivas reavaliações. Em 2005, as receitas efetivamente arrecadadas superaram a estimativa da Lei em R\$

² A Avaliação de receitas e despesas do 4º bimestre conta apenas com R\$ 6,2 bilhões referentes ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT).



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

8,3 bilhões. Em 2006 as receitas realizadas praticamente empataram com as estimadas no Orçamento. O mesmo aconteceu em 2007; em particular, as receitas administradas arrecadadas excederam a Lei em R\$ 5,8 bilhões. Em 2008, exercício de excepcional desempenho da economia e da arrecadação, a receita foi maior do que a da Lei em R\$ 29,9 bilhões, quase inteiramente por conta das receitas administradas (exceto INSS), onde o excesso foi R\$ 22,5 bilhões.

45. Em 2009, devido à crise econômica não ter sido devidamente prognosticada na Lei, a receita frustrou-se em R\$ 64,7 bilhões, a administrada em R\$ 66,4 bilhões, ou em R\$ 41,4 bilhões, se descontadas as transferências a Estados e Municípios. Em 2010, ignorando a receita da venda de barris de petróleo, as receitas em relação à Lei se frustraram em R\$ 27,6 bilhões. Em 2011, a previsão da Lei foi superada em pouco menos de R\$ 600 milhões. Nesse mesmo ano, no entanto, as receitas administradas pela RFB se frustraram em R\$ 13,3 bilhões, tendo cabido à arrecadação líquida da Previdência e ao restante das receitas a compensação, relativamente bem dividida entre seus grandes grupos.

46. Em 2012 mais uma vez a receita prevista na proposta orçamentária não foi alcançada. Em relação à lei orçamentária, a frustração foi de R\$ 68,9 bilhões, sendo que a receita administrada ficou R\$ 77 bilhões aquém do esperado. Em 2013, mesmo diante de aportes extraordinários de R\$ 36,8 bilhões provenientes dos parcelamentos da Lei nº 12.865/14 (R\$ 21,8 bilhões) e da concessão da exploração do petróleo na camada pré-sal sob o regime de partilha no campo de Libra (R\$ 15 bilhões), a receita realizada ficou R\$ 44,3 bilhões abaixo da Proposta. Em relação à Lei, o insucesso na arrecadação foi de R\$ 68,2 bilhões.

47. Em 2014 a receita ficou R\$ 111,2 bilhões abaixo do estimado na Lei e o país registrou o primeiro déficit primário neste século, de 0,59% do PIB. A superestimativa de arrecadação ocorreu a despeito dos recursos extraordinários decorrentes dos parcelamentos das Leis nºs 12.996 e 13.043/14, que geraram R\$ 19,9 bilhões entre agosto e dezembro do



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

exercício, e de parcelamentos anteriores, R\$ 15,9 bilhões nos 12 meses de 2014, somando R\$ 35,8 bilhões. Em relação a 2013, a receita caiu 3,2% em termos reais, segundo dados do Tesouro Nacional, descontada das receitas a compensação ao RGPS pelas desonerações da folha.

48. Em 2015, pela segunda vez desde 2004, o Congresso Nacional reduziu a previsão de receitas na lei orçamentária, nesta oportunidade em R\$ 17,9 bilhões. Ainda assim, a arrecadação ficou R\$ 207,3 bilhões abaixo do que constou na lei. Houve queda real em relação a 2014 de 6,8%, segundo os dados do Tesouro Nacional, descontada das receitas a compensação ao RGPS pelas desonerações da folha. As receitas administradas recuaram 4,7% em termos reais. Os indicadores econômicos evoluíram negativamente no ano. A produção industrial caiu 7,7%; a venda de bens, 7,8%; o valor em dólar das importações, 27,2%, o preço médio do barril de petróleo; 42,9%; e o PIB, 3,9%. Também contribuíram para o mau desempenho da arrecadação federal o aproveitamento de créditos fiscais, compensações e desonerações tributárias. Concessões, dividendos e royalties decepcionaram, e as receitas com parcelamentos de débitos tributários renderam R\$ 21,4 bilhões.

1.5 Receitas Primárias em 2016.

49. A Tabela III mostra a evolução das Receitas realizadas de 2011 a 2015 e esperadas para 2016 e 2017, nos diversos itens que as compõem.
50. A estimativa do Poder Executivo para a receita primária total para 2016, considerada na elaboração da Proposta para 2017, corresponde aos números da 3ª Avaliação bimestral, tomando por base dados observados até julho e estimados para o restante do exercício. O montante esperado é de R\$ 1.257,2 bilhões (não incluindo a compensação ao INSS por desonerações), situando-se R\$ 176,2 bilhões abaixo da previsão do Orçamento de 2016.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

Tabela III																
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL																
Receitas Primárias, 2011-2017																
	2011	2012	2013	2014	2015		2016							2017		
					Realizado	% PIB	Proposta	Orçamento	Aval Extemporânea	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	Proposta	% PIB	
	% PIB	% PIB	% PIB	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
RECEITA TOTAL	22,66	22,02	22,01	21,16	1.222.382,4	20,70	1.383.335,2	1.433.456,5	1.416.848,2	1.392.510,1	1.267.983,0	1.257.208,6	1.260.309,7	20,15	1.393.632,6	20,43
Receita Administrada pela RFB	14,37	13,47	13,53	13,00	765.126,6	12,96	862.752,7	889.549,1	870.183,4	861.496,8	784.195,2	775.226,9	780.087,6	12,47	868.407,5	12,73
Imposto de Importação	0,61	0,65	0,70	0,64	38.942,3	0,66	48.190,1	46.530,8	42.869,2	37.346,1	33.502,6	30.506,1	31.013,1	0,50	38.769,5	0,57
IPI	0,95	0,93	0,83	0,88	48.586,3	0,82	58.736,9	56.174,6	52.954,3	49.557,6	45.874,3	43.369,3	43.042,2	0,69	52.210,1	0,77
Imposto de Renda	5,39	5,13	5,13	5,02	300.431,9	5,09	324.312,2	350.569,7	336.242,7	340.014,2	312.407,9	311.614,1	314.931,8	5,04	346.262,7	5,08
IOF	0,73	0,65	0,56	0,53	34.869,7	0,59	41.025,4	38.261,8	36.768,6	36.468,9	36.675,5	34.888,3	34.361,7	0,55	37.657,1	0,55
COFINS	3,68	3,64	3,81	3,49	202.733,7	3,43	232.846,1	227.862,9	222.741,6	216.351,5	207.393,3	208.957,6	207.810,8	3,32	222.797,2	3,27
PIS/PASEP	0,96	0,97	0,98	0,92	53.548,4	0,91	60.677,4	59.544,8	58.555,1	57.441,5	55.340,7	55.961,7	55.331,5	0,88	59.701,0	0,88
CSLL	1,35	1,18	1,21	1,14	60.418,6	1,02	67.504,7	65.975,4	67.166,5	67.204,4	66.612,6	67.072,8	67.877,4	1,09	78.964,9	1,16
CPMF	0,00	(0,01)	-	-	-	-	-	12.740,0	13.644,8	13.644,9	1,8	-	-	-	-	-
CIDE-Combustíveis	0,20	0,06	0,01	0,00	3.277,9	0,06	6.505,4	5.737,1	5.527,5	5.527,6	5.699,6	5.987,0	5.912,4	0,09	6.023,4	0,09
Outras Administradas pela SRF	0,50	0,28	0,30	0,37	22.317,9	0,38	22.954,5	26.152,0	33.713,1	37.940,1	20.686,9	16.870,0	19.806,7	0,32	26.021,4	0,38
Arrecadação Líquida do INSS	5,62	5,70	5,61	5,62	324.865,0	5,50	347.597,6	344.222,6	348.275,4	341.922,3	338.007,3	339.698,6	340.601,8	5,45	365.106,6	5,35
Contribuição ao PSSS/Servidores	0,21	0,20	0,19	0,19	11.928,6	0,20	13.471,3	13.471,3	13.171,2	12.781,2	12.826,3	12.657,6	12.550,0	0,20	14.392,7	0,21
Receitas Não Administradas	2,45	2,65	2,68	2,35	120.462,2	2,04	132.251,1	155.351,1	154.356,2	145.447,8	130.051,6	126.723,0	126.211,7	2,02	139.845,1	2,05
Concessões e Permissões	0,09	0,05	0,42	0,14	5.891,2	0,10	10.007,0	28.507,0	30.957,3	30.957,3	23.674,6	22.800,0	22.800,0	0,36	23.963,2	0,35
Dividendos	0,46	0,58	0,32	0,33	12.072,6	0,20	12.224,8	16.224,8	12.370,4	10.765,4	4.941,8	4.941,8	3.126,0	0,05	7.708,0	0,11
Salário-Educação	0,30	0,31	0,31	0,32	19.084,1	0,32	19.717,4	19.717,4	19.888,2	19.589,7	19.506,0	19.526,5	19.619,2	0,31	20.886,5	0,31
Royalties/Comp. Financeiras	0,68	0,71	0,69	0,69	28.830,9	0,49	33.033,3	33.033,3	34.035,5	26.836,6	25.038,9	24.292,5	24.141,8	0,39	29.819,0	0,44
Demais Receitas	0,53	0,56	0,63	0,58	35.230,4	0,60	36.850,7	37.450,7	36.722,7	36.137,3	35.570,6	35.195,3	35.721,6	0,57	36.398,2	0,53
Receita Própria (fts 50, 81 & 82)	0,33	0,39	0,25	0,22	14.559,8	0,25	15.643,7	15.643,7	15.387,6	15.972,1	16.112,8	14.694,7	15.491,9	0,25	15.474,2	0,23
Complemento do FGTS	0,06	0,06	0,07	0,07	4.793,2	0,08	4.774,2	4.774,2	4.994,5	5.189,4	5.206,9	5.272,1	5.311,2	0,08	5.596,1	0,08
Operações com Ativos	-	-	-	-	-	-	27.262,4	30.862,4	30.862,0	30.862,0	2.902,6	2.902,6	858,6	0,01	5.880,7	0,09
TRANSFER ESTADOS MUNICÍPIOS	3,73	3,56	3,42	3,49	204.929,0	3,47	221.747,3	232.336,0	229.380,2	225.281,2	209.032,4	206.124,6	207.087,1	3,31	232.326,2	3,41
FPE/FPM/IFI-EE	2,98	2,79	2,71	2,76	165.695,2	2,81	181.015,1	191.658,8	183.827,0	183.844,1	168.921,4	167.165,5	168.508,5	2,69	188.376,6	2,76
Fundos Regionais	0,09	0,08	0,09	0,08	6.358,2	0,11	4.737,4	4.737,4	8.759,2	8.867,1	8.631,8	7.720,4	7.810,1	0,12	9.591,2	0,14
Salário Educação	0,18	0,18	0,17	0,19	12.355,1	0,21	11.830,4	11.830,4	11.932,9	11.753,8	11.703,6	11.715,9	11.771,5	0,19	12.531,9	0,18
Compensações Financeiras	0,43	0,47	0,44	0,44	18.836,9	0,32	21.361,1	21.361,1	22.060,8	17.909,1	16.738,7	16.382,2	16.309,6	0,26	18.983,0	0,28
Cide-combustíveis	0,05	0,02	0,00	0,00	448,0	0,01	1.564,5	1.408,6	1.488,9	1.488,9	1.569,5	1.646,3	1.239,7	0,02	1.193,3	0,02
Demais	0,01	0,01	0,02	0,02	1.235,7	0,02	1.238,8	1.339,8	1.311,4	1.418,1	1.467,4	1.494,2	1.447,6	0,02	1.650,3	0,02
RECEITA LÍQUIDA	18,93	18,46	18,59	17,67	1.017.453,4	17,23	1.161.587,9	1.201.120,5	1.187.468,0	1.167.228,9	1.058.950,6	1.051.084,1	1.053.222,6	16,84	1.161.306,4	17,02
Memorando:																
Reserva Compensação ao RGPS	-	0,04	0,17	0,32	25.407,0	0,43	18.489,5	18.489,5	18.489,5	18.489,5	18.901,8	18.901,8	18.485,3	0,30	16.002,9	0,23
Produto Interno Bruto (R\$ Bilhões)	4.373,7	4.805,9	5.316,5	5.687,3	5.904,3		6.253,2	6.116,9	6.194,0	6.247,1	6.198,9	6.247,9	6.253,7		6.821,9	

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal; Tesouro Nacional; IBGE; Banco Central do Brasil; Avaliações, decretos, propostas e lei orçamentárias citados. Elaboração dos autores.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

51. Tomada a receita líquida das transferências a Estados e Municípios, a diferença entre essa previsão e o orçamento deste exercício era de R\$ 150,0 bilhões. Principalmente em função dessa frustração, houve redução da meta de resultado primário, de superávit de R\$ 24 bilhões para déficit de R\$ 170,5 bilhões.
52. A 3ª Avaliação ainda não havia considerado o mau resultado da arrecadação da Receita Federal do Brasil ocorrido em agosto e setembro, nem os efeitos na receita de imposto de renda e multa sobre a regularização de ativos no exterior (Lei 13.254/16). Previa-se arrecadação extraordinária pela RFB de R\$ 6,9 bilhões no segundo semestre de 2016.
53. A Avaliação do 4º bimestre, de 22 de setembro, ampliou, em relação à 3ª Avaliação, a estimativa de arrecadação para 2016 em R\$ 3,1 bilhões, ou R\$ 2,1 bilhões descontadas as transferências a Estados e Municípios. Espera-se agora arrecadar R\$ 1.260,3 milhões ou R\$ 173,1 bilhões a menos que no orçamento. A revisão decorreu da adoção de novos parâmetros, da receita efetivamente arrecadada até agosto e de previsão de ingresso de R\$ 6,2 bilhões referente ao programa de regularização de ativos. Contava-se ainda com outros R\$ 4,6 bilhões de receitas extraordinárias a serem arrecadadas no último quadrimestre.
54. Houve, depois disso, em relação às receitas administradas pela RFB, não considerando a regularização de ativos mantidos no exterior, frustração da arrecadação em setembro, de cerca de R\$ 3 bilhões, e de R\$ 1 bilhão estimado para outubro.
55. O desempenho da economia em 2016 tem influenciado negativamente as receitas federais. Todos os meses desde fevereiro apresentaram queda real (IPCA) de receitas em relação ao mesmo mês do exercício anterior. Pior, nos meses de fevereiro, junho, agosto e setembro houve queda nominal.
56. A proposta orçamentária de 2016 foi encaminhada com déficit primário de R\$ 30,5 bilhões. Durante a tramitação, o Congresso Nacional transformou o déficit em superávit de R\$ 24 bilhões e, para tanto, elevou a estimativa de receitas em R\$ 50,1 bilhões, ou R\$ 39,5 bilhões, já



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

descontadas as transferências para Estados e Municípios. Os principais acréscimos se deram no imposto de renda (R\$ 26,3 bilhões, sendo R\$ 21,1 bilhões de regularização de ativos); concessões (R\$ 18,5 bilhões, sendo R\$ 17 bilhões referentes ao leilão de usinas hidroelétricas) e CPMF (12,7 bilhões).

57. As estimativas da arrecadação anual da RFB pouco mudaram nas duas primeiras avaliações (avaliação extemporânea de fevereiro e avaliação do 1º bimestre em março). Em particular, permaneceram na projeção R\$ 13,6 bilhões de receitas da CPMF e, aumentadas, R\$ 35 bilhões com regularização de ativos mantidos no exterior.
58. Na avaliação do 2º bimestre, em 20 de maio, já sob o comando da nova administração, reduziu-se a estimativa de receitas em R\$ 124,5 bilhões, sendo R\$ 77,3 bilhões nas receitas administradas pela RFB. Postura mais conservadora e realista levou à exclusão da CPMF. A repatriação de capitais também deixou de constar da projeção de receitas, só tendo retornado, parcialmente, na avaliação do 4º bimestre.
59. A estimativa para arrecadação líquida do RGPS, de outro lado, oscilou bastante durante o ano, tendo subido para o máximo de R\$ 348,3 bilhões em fevereiro, caído para R\$ 338 bilhões em maio e se recuperado para R\$ 340,6 bilhões em setembro (4ª Avaliação). A crise e a retração do mercado de trabalho explicam o desempenho ruim esperado.
60. A projeção das Receitas Não Administradas, por sua vez, cai a cada avaliação. No conjunto, essas receitas serão R\$ 60,1 bilhões menores do que o previsto na lei e crescerão apenas R\$ 7,2 bilhões em relação ao arrecadado em 2015. Operações com ativos passaram de R\$ 30,9 bilhões até a avaliação do 1º bimestre, para R\$ 858,6 milhões na estimativa mais recente. Dividendos foram reduzidos de R\$ 16,2 bilhões na lei para R\$ 3,1 bilhões, concessões, de R\$ 28,5 bilhões para R\$ 22,8 bilhões, e royalties, de R\$ 33 bilhões para R\$ 24,1 bilhões.



1.6 Receitas Primárias na Proposta para 2017

61. Quando da apresentação do *Cenário fiscal* em julho de 2016, R\$ 55,4 bilhões de receitas dependiam de esforço adicional, na forma de novos tributos ou novas receitas não recorrentes. As hipóteses então eram de menor crescimento (1,2%) e menor PIB, porém dólar mais caro que agora.

62. Quando da apresentação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017, a lacuna havia sido eliminada. De acordo com a explicação do Ministro da Fazenda, com hipótese de crescimento de 1,6% e considerando a elasticidade de seus diversos itens, a receita administrada se deslocaria de 12,42% do PIB para 12,73% do PIB, gerando liquidamente R\$ 26 bilhões. Supririam o restante receitas de concessões e permissões no valor de R\$ 18,4 bilhões, outras receitas, de R\$ 5,3 bilhões, e diminuição de despesas de R\$ 5,7 bilhões.

Cenário Fiscal/Revisão da Meta/Proposta Orçamentária para 2017
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

	R\$ Bilhões	% PIB ⁽¹⁾
Receita Primária	1.357,0	20,0
(-) Transferências por Repartição de Receitas	229,8	3,4
(-) Despesas Primárias	1.321,6	19,5
Resultado Primário	(194,4)	(2,9)
(+) Esforço Fiscal/Reestimativas	55,4	0,8
Receitas Administradas (líquidas de transferências)	26,0	...
Receitas de Concessões e Permissões	18,4	...
Redução de Despesas	5,7	...
Demais	5,3	...
Proposta Orçamentária:		
Meta Primária do Governo Central	(139,0)	(2,0)

Fonte: Apresentação do Ministro Interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, no Palácio do Planalto. Brasília/DF 07.07.2016, e apresentação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017 pelo Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Em 31 de agosto 2016. Elaboração das Consultorias.

63. A Tabela III mostra a estimativa da Proposta para a receita de 2017, avaliada em R\$ 1.393,6 bilhões, representando avanço nominal de 10,6%, correspondente a R\$ 133,3 bilhões sobre o valor da 4ª Avaliação para 2016, e de 14% sobre o montante realizado em 2015.

64. As receitas primárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social estão em queda desde 2012, quando representaram 22,66% do PIB, e devem



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

chegar a 20,15% do PIB, de acordo com a 4ª Avaliação. Para 2017, a proposta orçamentária prevê leve retomada, chegando a 20,43% do PIB, patamar ainda inferior ao alcançado no decepcionante ano de 2015.

65. Das receitas totais, R\$ 868,4 bilhões são Receitas Administradas pela RFB, exceto as do RGPS (62,3% do total); R\$ 365,1 bilhões de arrecadação do RGPS (26,2%); e R\$ 160,1 bilhões das chamadas “não administradas” (11,5%), estas últimas incluem concessões e permissões, compensações financeiras, dividendos, contribuição para o salário educação e contribuição dos servidores para o seu plano de seguridade – CPSS e operações com ativos.

66. Em relação a 2016, espera-se aumento da ordem de R\$ 88,3 bilhões (ou 0,26% do PIB), nas Receitas Administradas pela RFB, excluído o RGPS. A receita previdenciária contribuiria com crescimento de R\$ 24,5 bilhões. As receitas não administradas, por sua vez, crescem R\$ 20,5 bilhões.

1.6.1 Receitas Administradas pela RFB, 2017

67. A arrecadação das receitas administradas pela RFB corresponderá a 12,73% do PIB em 2017. Embora represente leve recuperação em relação a 2016, ainda se situará em patamar inferior a 2015, segundo pior ano da década.

68. As receitas administradas crescem nominalmente 11,3% em relação a 2016. Todos os grupos de tributos administrados pela RFB crescem como proporção do PIB, exceto a Cofins, tributo historicamente aderente à atividade econômica, que recua em relação ao PIB.

69. Nas projeções do Poder Executivo, incluem-se receitas extraordinárias de R\$ 18,6 bilhões, distribuídas em diferentes tributos; resultados no IRPJ e na CSLL decorrentes de operações com ativos, no valor de R\$ 11,7 bilhões e ainda R\$ 3,7 bilhões a título de compatibilização com as projeções da PGFN.

70. O maior crescimento em relação à 4ª Avaliação de 2017 ocorre no Imposto de Renda Pessoa Jurídica, R\$ 22,1 bilhões, ou 19,5%. A CSLL também



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

crecerá bem, R\$ 11,1 bilhões, ambos refletindo alguma recuperação da lucratividade e, principalmente, impacto da alienação de ativos antes previstos para ocorrer em 2016.

71. Estão previstos, em relação a 2017, particularmente, o aumento de 25% dos impostos vinculados à importação, em R\$ 11,1 bilhões, refletindo a variação aumento do volume de importações em 21,75%.
72. As Demais Receitas administradas crescem 31,4%, ou R\$ 6,2 bilhões. Contribuem para tanto, inclusão de receitas extraordinárias de R\$ 5,7 bilhões, dos quais R\$ 2,5 bilhões de ingressos atribuídos à compatibilização entre projeções da Receita Federal e da PGFN.
73. Espera-se, na Proposta, o aumento da Cofins em 7,2%, ou R\$ 15 bilhões e do PIS/Pasep em 7,9%, ou R\$ 4,4 bilhões. Como proporção do PIB, a Cofins cai para 3,27%, patamar só verificado até o ano 2000, quando não incidia sobre as importações.
74. A Tabela IV, a seguir, mostra com detalhes a variação da Receita Administrada pela RFB, exceto a do INSS, para 2017, conforme contida na proposta orçamentária.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
 Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

TABELA IV
 RECEITA ADMINISTRADA PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EXCETO INSS, 2012-2017 ⁽¹⁾

Item	2012		2013		2014		2015		2016								2017	
	Realizado				Proposta		Lei		3ª Avaliação		4ª Avaliação		Proposta					
	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
Imposto de Importação	31.067,6	0,65	37.138,7	0,70	36.563,3	0,64	38.942,3	0,66	48.190,1	0,77	46.530,8	0,76	30.506,1	0,49	31.013,1	0,50	38.769,5	0,57
IPI	44.480,2	0,93	44.077,4	0,83	50.146,2	0,88	48.586,3	0,82	58.736,9	0,94	56.174,6	0,92	43.369,3	0,69	43.042,2	0,69	52.210,1	0,77
IPI - Fumo	4.079,3	0,08	5.098,5	0,10	5.654,1	0,10	5.681,7	0,10	5.835,3	0,09	5.835,3	0,10	5.692,7	0,09	5.813,0	0,09	5.806,0	0,09
IPI - Bebidas	3.216,6	0,07	3.438,1	0,06	3.380,1	0,06	2.594,4	0,04	2.697,9	0,04	2.697,9	0,04	2.375,2	0,04	2.424,6	0,04	2.558,1	0,04
IPI - Automóveis	4.379,9	0,09	3.776,8	0,07	4.910,7	0,09	4.358,5	0,07	5.968,9	0,10	5.968,9	0,10	4.059,2	0,06	3.614,0	0,06	3.750,2	0,05
IPI - Importação	15.929,7	0,33	14.624,1	0,28	15.079,1	0,27	16.802,4	0,28	20.621,5	0,33	20.621,5	0,34	13.097,0	0,21	13.246,4	0,21	16.584,3	0,24
IPI - Outros	16.874,7	0,35	17.139,9	0,32	21.122,1	0,37	19.149,4	0,32	23.613,3	0,38	21.051,1	0,34	18.145,2	0,29	17.944,4	0,29	23.511,4	0,34
Imposto de Renda	246.511,1	5,13	272.540,7	5,13	285.684,3	5,02	300.431,9	5,09	324.312,2	5,19	350.569,7	5,73	311.614,1	4,99	314.931,8	5,04	346.262,7	5,08
IR - Pessoa Física	24.145,4	0,50	26.298,7	0,49	27.708,9	0,49	28.195,6	0,48	31.572,2	0,50	53.004,9	0,87	29.869,2	0,48	30.015,2	0,48	31.536,0	0,46
IR - Pessoa Jurídica	100.962,1	2,10	114.092,0	2,15	112.709,0	1,98	107.605,1	1,82	114.844,0	1,84	115.951,8	1,90	110.303,0	1,77	113.058,7	1,81	135.132,0	1,98
IR - Fonte	121.403,6	2,53	132.150,0	2,49	145.266,4	2,55	164.641,7	2,79	177.895,9	2,84	181.613,0	2,97	171.442,0	2,74	171.857,9	2,75	179.595,0	2,63
IRRF - Trabalho	63.934,0	1,33	66.882,0	1,26	73.934,2	1,30	75.713,0	1,28	80.461,6	1,29	79.175,8	1,29	79.217,6	1,27	80.314,3	1,28	83.620,0	1,23
IRRF - Capital	33.853,8	0,70	37.035,3	0,70	41.211,0	0,72	53.648,4	0,91	61.201,8	0,98	64.406,3	1,05	59.537,7	0,95	58.743,3	0,94	62.427,0	0,92
IRRF - Remessas	15.262,4	0,32	18.602,3	0,35	19.795,0	0,35	24.824,6	0,42	25.696,5	0,41	27.898,9	0,46	22.402,5	0,36	22.626,1	0,36	22.697,9	0,33
IRRF - Outros	8.353,5	0,17	9.630,4	0,18	10.326,2	0,18	10.455,8	0,18	10.535,9	0,17	10.131,9	0,17	10.284,2	0,16	10.174,2	0,16	10.850,0	0,16
IOF	31.023,0	0,65	29.642,6	0,56	29.892,9	0,53	34.869,7	0,59	41.025,4	0,66	38.261,8	0,63	34.888,3	0,56	34.361,7	0,55	37.657,1	0,55
Cofins	175.157,8	3,64	202.813,2	3,81	198.742,4	3,49	202.733,7	3,43	232.846,1	3,72	227.862,9	3,73	208.957,6	3,34	207.810,8	3,32	222.797,2	3,27
PIS/Pasep	46.407,4	0,97	52.038,0	0,98	52.543,5	0,92	53.548,4	0,91	60.677,4	0,97	59.544,8	0,97	55.961,7	0,90	55.331,5	0,88	59.701,0	0,88
CSLL	56.541,5	1,18	64.250,7	1,21	64.808,1	1,14	60.418,6	1,02	67.504,7	1,08	65.975,4	1,08	67.072,8	1,07	67.877,4	1,09	78.964,9	1,16
CPMF	(275,0)	(0,01)	-	-	-	-	-	-	-	-	12.740,0	0,21	-	-	-	-	-	-
CIDE-Combustíveis	2.877,6	0,06	749,5	0,01	30,3	0,00	3.277,9	0,06	6.505,4	0,10	5.737,1	0,09	5.987,0	0,10	5.912,4	0,09	6.023,4	0,09
Outras Administradas	13.601,5	0,28	15.946,0	0,30	20.766,9	0,37	22.317,9	0,38	22.954,5	0,37	26.152,0	0,43	16.870,0	0,27	19.806,7	0,32	26.021,4	0,38
TOTAL	647.392,9	13,47	719.196,8	13,53	739.178,0	13,00	765.126,6	12,96	862.752,7	13,80	889.549,1	14,54	775.226,9	12,41	780.087,6	12,47	868.407,5	12,73

Fonte: Receita Federal do Brasil; Orçamentos e avaliações citados; Projeto de lei orçamentária de 2016 e 2017; IBGE. Elaboração dos autores.
⁽¹⁾ Líquida de incentivos fiscais.



1.6.2 Receita do RGPS, 2017

75.A estimativa de arrecadação das receitas previdenciárias considera os efeitos da alteração da base de cálculo da contribuição para o Regime Geral da Previdência Social - RGPS devida por vários segmentos empresariais, cujo recolhimento passou a ser apurado mediante a aplicação de alíquotas de 1% ou 2% sobre a receita bruta. Essa política de desoneração da folha salarial iniciada a partir do exercício de 2012, com vigência até 31 de dezembro de 2014, tornou-se permanente com a edição da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014. Mais recentemente, a Lei 13.161, de 31 de agosto de 2015, majorou as alíquotas de contribuição sobre a receita bruta, de forma a reduzir a renúncia fiscal.

76.A arrecadação líquida do RGPS em 2017, descontadas as desonerações da folha de salários de setores específicos, será de R\$ 365,1 bilhões com aumento de R\$ 24,5 bilhões, com relação à última avaliação de 2016. Os recolhimentos em 2017 crescerão 7,2%, portanto abaixo do crescimento esperado da massa salarial que é de 7,4%. Representará terceira queda consecutiva como proporção do PIB: de 5,62%, em 2014, para 5,50%, em 2015, 5,45% em 2016 e 5,35% do PIB em 2017. Como as despesas com benefícios previdenciários crescerão cerca de 11%, o déficit previdenciário, antes da compensação pela desoneração da folha, se aproximará de R\$ 200 bilhões ou 2,9% do PIB.

77.A exemplo de anos anteriores, a Proposta para 2017 apresenta como receita valor equivalente às desonerações da folha, no montante estimado de R\$ 16 bilhões, bem como despesa primária compensatória. Como essa desoneração não corresponde a receita efetivamente ingressada nos cofres públicos, a carga tributária com sua inclusão estaria superestimada em 0,23% do PIB.

1.6.3 Receitas Não-Administradas, 2017

78.As receitas não administradas, de 2016 para 2017, incluindo a Contribuição Previdenciária dos Servidores para o Regime Próprio – CPSS - e as



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

Operações com Ativos, crescem nominalmente R\$ 28,5 bilhões ou 0,5% do PIB.

79. As concessões, segundo a proposta orçamentária, crescerão R\$ 18,5 bilhões, levando-se em conta a previsão constante da 4ª Avaliação de 2016. Para 2017, contempla, dentre outros, novas concessões no setor de energia elétrica (São Simão, Miranda, Volta Grande etc) no valor de R\$ 10 bilhões; leilões de áreas para exploração de óleo e gás, R\$ 5,5 bilhões (sendo R\$ 4,7 bilhões com bônus de assinatura); o ingresso de R\$ 3,8 bilhões decorrentes das concessões de aeroportos (Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza) e outros R\$ 3 bilhões em decorrência da concessão de ferrovias (Norte-Sul, Ferrogrão e Fiol).
80. Receitas com dividendos estão estimadas na Proposta em R\$ 7,7 bilhões, mais do que o dobro do que será arrecadado em 2016. Como proporção do PIB e comparando-se com anos anteriores a 2015, representará apenas 1/3 da média histórica.
81. As receitas com royalties/compensações financeiras crescem na proposta orçamentária 23,5% em relação a 2016. Os aumentos esperados do preço médio do barril de petróleo (10,4%) e da produção compensarão, com folga, a expectativa de alta na cotação do real frente ao dólar (1,78%).
82. Espera-se arrecadar R\$ 5,9 bilhões em 2017 a título de operações com ativos. De janeiro a setembro de 2016 a arrecadação foi de pouco mais de R\$ 520 milhões. Na 4ª Avaliação de receitas e despesas, a estimativa para 2016 agora é de pouco menos de R\$ 860 milhões.
83. Em 2017, a venda de imóveis renderá pouco mais de R\$ 500 milhões, sendo R\$ 250,9 milhões cujos editais já foram publicados ou estão em vias de publicação; R\$ 187,5 milhões com remição de aforamento nos condomínios de Alphaville (SP) e outros R\$ 89 milhões com a venda direta de centros logísticos.
84. A cessão de direito de operacionalização de pagamentos renderá R\$ 379,5 milhões. Outros R\$ 5 bilhões decorrerão da venda de bens intangíveis. Não há informações detalhadas sobre a natureza desses ingressos.



1.6.4 Avaliação das Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta para 2017

85. As regras da Resolução nº 1/2006 estabelecem que constem deste Relatório, em separado, análise e avaliação das receitas próprias das entidades da administração indireta, em especial as pertencentes às agências reguladoras. Essas receitas provêm de um número elevado de itens que têm metodologias variadas de estimação (ver Informação Complementar ao Projeto de Lei Orçamentária que atende ao inciso XI, a-4 do Anexo II do projeto de LDO para 2017 - receitas próprias). Em grande parte usam a arrecadação do ano anterior como base de projeção, o crescimento do PIB como indicador de quantidade, e o IGP-di, para preços.

86. As receitas próprias de entidades da administração indireta são estimadas em R\$ 18,4 bilhões na Proposta para 2017, correspondendo a 0,27% do PIB. Desse total, R\$ 10,8 bilhões correspondem a receitas primárias (fonte 250 e 263) e R\$ 7,6 bilhões a receitas financeiras (fonte 280). As receitas primárias são originadas primordialmente da prestação de serviços, cobranças de tarifas e taxas, alienação de bens e recolhimentos variados, enquanto que a maior parte das receitas financeiras são oriundas de remuneração de depósitos bancários e da amortização de financiamentos.

87. Os principais órgãos arrecadadores de recursos dessas fontes próprias são o Ministério da Defesa (R\$ 5,6 bilhões), Encargos Financeiros da União (R\$ 3,1 bilhões), Operações Oficiais de Crédito (R\$ 2 bilhões), Ministério da Educação (R\$ 1,3 bilhão), Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (R\$ 1,3 bilhão) e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (R\$ 1,1 bilhão).

88. A Tabela V a seguir demonstra o montante das receitas próprias das entidades da administração indireta, discriminadas por órgão.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

TABELA V
RECEITAS PRÓPRIAS DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - 2017

ÓRGÃO	R\$ Milhões	Part %
Ministério da Defesa	5.633,1	30,5
Encargos Financeiros da União	3.100,0	16,8
Operações Oficiais de Crédito	2.031,8	11,0
Ministério da Educação	1.322,4	7,2
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1.264,3	6,9
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1.083,7	5,9
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	998,0	5,4
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	977,1	5,3
Ministério da Fazenda	387,8	2,1
Ministério das Minas e Energia	379,9	2,1
Ministério do Meio Ambiente	266,6	1,4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	212,6	1,2
Presidência da República	212,0	1,1
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	209,7	1,1
Ministério das Cidades	186,8	1,0
Ministério da Integração Nacional	91,7	0,5
Ministério da Saúde	77,0	0,4
Ministério da Cultura	7,3	0,0
Ministério do Trabalho	3,0	0,0
Ministério da Justiça e Cidadania	0,2	0,0
Ministério do Turismo	0,2	0,0
Ministério das Relações Exteriores	0,1	0,0
Total das Receitas Próprias da Adm. Indireta	18.445,4	100,0

Fonte: PL 18/16-CN. Elaboração das Consultorias.

89. As agências reguladoras³ deverão arrecadar receitas próprias no montante de R\$ 701,7 milhões, sendo esses recursos concentrados em apenas três entidades, que respondem por 97% do total: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (R\$ 347,4 milhões), Agência Nacional de Transportes Terrestres (R\$ 172,4 milhões) e Agência Nacional de Aviação Civil (R\$ 161,3 milhões).

90. Tomada a receita líquida das transferências a Estados e Municípios, a diferença entre essa previsão e o orçamento deste exercício era de R\$



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

150,0 bilhões. Principalmente em função dessa frustração, houve redução da meta de resultado primário, de superávit de R\$ 24 bilhões para déficit de R\$ 170,5 bilhões.

91. A 3ª Avaliação ainda não havia considerado o mau resultado da arrecadação da Receita Federal do Brasil ocorrido em agosto e setembro, nem os efeitos na receita de imposto de renda e multa sobre a regularização de ativos no exterior (Lei 13.254/16). Previa-se arrecadação extraordinária pela RFB de R\$ 6,9 bilhões no segundo semestre de 2016.

92. A Avaliação do 4º bimestre, de 22 de setembro, ampliou, em relação à 3ª Avaliação, a estimativa de arrecadação para 2016 em R\$ 3,1 bilhões, ou R\$ 2,1 bilhões descontadas as transferências a Estados e Municípios. Espera-se agora arrecadar R\$ 1.260,3 milhões ou R\$ 173,1 bilhões a menos que no orçamento. A revisão decorreu da adoção de novos parâmetros, da receita efetivamente arrecadada até agosto e de previsão de ingresso de R\$ 6,2 bilhões referente ao programa de regularização de ativos. Contava-se ainda com outros R\$ 4,6 bilhões de receitas extraordinárias a serem arrecadadas no último quadrimestre.

93. Houve, depois disso, em relação às receitas administradas pela RFB, não considerando a regularização de ativos mantidos no exterior, frustração da arrecadação em setembro, de cerca de R\$ 3 bilhões, e de R\$ 1 bilhão estimado para outubro.

94. O desempenho da economia em 2016 tem influenciado negativamente as receitas federais. Todos os meses desde fevereiro apresentaram queda real (IPCA) de receitas em relação ao mesmo mês do exercício anterior. Pior, nos meses de fevereiro, junho, agosto e setembro houve queda nominal.

³ As agências reguladoras brasileiras são as seguintes: Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Agência Nacional do Cinema (ANCINE).



1.7 Receitas Financeiras na Proposta para 2017

95. As receitas financeiras na proposta orçamentária para 2017 somam R\$ 1.989,8 bilhões, das quais cerca de 78,6% são derivadas da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional (incluindo TDA), como mostra a Tabela VI, a seguir.
96. As receitas financeiras representam quase 58,5% do valor total de R\$ 3.399,5 bilhões das receitas contidas na Proposta.
97. A parcela referente ao refinanciamento da dívida mobiliária federal consta, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma destacada. O montante dessa fonte varia em função do prazo de maturação da dívida mobiliária.
98. Os três itens que refletem o relacionamento do Tesouro com o Banco Central (Remuneração das Disponibilidades do Tesouro junto ao Banco Central, Resultado do Banco Central com Reservas e Derivativos e Resultado do Banco Central – Demais Operações) rendem R\$ 329,6 bilhões, representando 16,6% das receitas financeiras.
99. Receitas de amortizações de empréstimos a Estados e Municípios montam a R\$ 9,3 bilhões e representam 0,5% do total dos ingressos financeiros, supostamente incorporando os efeitos do projeto de lei complementar nº 257/2016. Em 2015 foram arrecadados R\$ 20,8 bilhões. Na proposta orçamentária para 2016, antes da mais atual renegociação, esperava-se arrecadar R\$ 30,1 bilhões e até 12 de outubro ingressaram R\$ 9,2 bilhões.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

TABELA VI
RECEITAS FINANCEIRAS NO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017

Receitas por Natureza	R\$ Milhões	Part %
Títulos de Resp. do Tesouro Nacional - Refinanciamento Dívida Pública Federal	925.084,5	46,5
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	608.493,4	30,6
Resultado do Banco Central - Reservas e Derivativos Cambiais	153.249,9	7,7
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	114.535,6	5,8
Resultado do Banco Central - Demais Operações	61.772,9	3,1
Títulos de Resp. do Tesouro Nacional - Refinanciamento Mercado Externo	21.323,3	1,1
Contribuição Patronal para Regime Próprio de Previdência - CPSS	21.059,8	1,1
Remuneração de Depósitos Bancários	17.115,3	0,9
Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	16.989,0	0,9
Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico	10.705,1	0,5
Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios	9.348,6	0,5
Títulos de Resp. do Tesouro Nacional - Mercado Externo	8.029,3	0,4
Amortização de Empréstimos Contratuais	4.873,0	0,2
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo	3.202,2	0,2
Amortização de Financiamentos	3.069,8	0,2
Variação Cambial	2.622,8	0,1
Alienação de Estoques - PGPM	1.900,4	0,1
Remuneração de Depósitos Especiais	1.490,4	0,1
Amortização de Empréstimos - Progr Operações Oficiais de Crédito	1.424,4	0,1
Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas Médio e Longo Prazo	1.214,2	0,1
Amortização de Financiamento - FIES	796,3	0,0
Juros de Títulos de Renda	581,0	0,0
Remuneração de saldos de Recursos Não-Desembolsados	475,9	0,0
Contribuição Patronal para o RPPS - Sentenças Judiciais	267,6	0,0
Títulos da Dívida Agrária - TDA	191,4	0,0
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	13,5	0,0
Resgate de Títulos do Tesouro	3,2	0,0
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Intraorçamentária	1,4	0,0
Total das Receitas Financeiras	1.989.834,5	100,0
<u>Memorando</u>		
Total das Receitas Primárias	1.409.635,5	
Total das Receitas na Proposta para 2017	3.399.470,0	

Fonte: PL 18/16-CN. Elaboração das Consultorias.

1.8 Receitas do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais

100. As fontes de financiamento do orçamento de investimento das empresas estatais federais para 2017 somam R\$ 89,7 bilhões, como mostra a Tabela VII.

101. Esse valor reflete uma queda de 7,6% sobre a previsão da Lei Orçamentária de 2016, acrescida de créditos, que deverá atingir R\$ 97,2 bilhões. Em 2015, o valor realizado alcançou R\$ 80,2 bilhões.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

Discriminação	(R\$ Milhões)					
	Realizado				2016	2017
	2012	2013	2014	2015	Lei + Créditos	Proposta
Recursos Próprios	80.234,9	94.064,3	89.412,9	72.500,7	49.495,1	74.664,2
Geração Própria	80.234,9	94.064,3	89.412,9	72.500,7	49.495,1	74.664,2
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	12.103,4	13.215,6	2.646,9	2.326,1	2.039,5	10.597,3
Tesouro - Direto	142,8	1.537,1	1.819,3	1.922,1	1.765,2	1.114,8
Saldo de Exercícios Anteriores	472,6	652,3	544,7	103,8	139,6	145,8
Controladora	11.488,1	10.896,8	282,9	300,2	72,7	9.336,6
Outras Estatais	0,0	129,5	0,0	0,0	62,1	0,0
Operações de Crédito de Longo Prazo	3.474,1	5.810,7	3.186,8	4.530,1	39.906,8	4.174,5
Internas	1.544,2	2.457,8	3.153,9	3.530,1	13.380,3	4.174,5
Externas	1.929,9	3.352,9	32,8	1.000,0	26.200,0	0,0
Outros Recursos de Longo Prazo	2.062,2	400,6	393,2	848,8	5.756,1	337,2
Controladora	658,9	400,6	393,2	519,0	556,1	337,2
Outras	1.403,4	0,0	0,0	329,8	5.200,0	0,0
Total	97.874,7	113.491,2	95.639,9	80.205,7	97.197,5	89.773,3

Fonte: PL 18/16-CN, Portarias DEST nº 2, de 27/09/16; 2, de 28/01/16 e 2, de 30/1/15. Documentos acessados em 13/10:
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Portarias/2012/130129_port_1.pdf

Elaboração das Consultorias.

102. As fontes de financiamento das estatais sempre foram majoritariamente constituídas por recursos próprios das empresas: em 2014, 93,5%; em 2015, 88,8% das fontes totais. Todavia, 2016 se mostrou um ano atípico, com a participação dos recursos próprios tendo se reduzido para 50,9%. Já a previsão para 2017 retorna ao patamar tradicional, 83,17%.

103. O setor produtivo responde pela previsão de uso de mais de 90% desses recursos. O Grupo Petrobrás, no Brasil e no exterior, é responsável pela maior parcela individual da receita, com 68,3% do total.

1.9 A PEC 241/2016 e as Reestimativas de Receitas Feitas Pelo Congresso Nacional.

104. Em 2017 duas regras fiscais terão que ser atendidas simultaneamente: (a) conter o déficit dos orçamentos fiscal e da seguridade dentro de uma meta de exatos R\$ 139 bilhões; e (b) limitar boa parte das despesas primárias (cerca de 97% delas, na Proposta) a um teto. Na proposta orçamentária,



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

despesas primárias sujeitas a limite e as dele excluídas são de, respectivamente, R\$ 1.281,1 bilhões e R\$ 35,2 bilhões. Despesas cairão, no total, para 19,3% do PIB, contribuindo com 0,57 ponto de percentagem para o recuo do déficit de 0,69 ponto, para 2,04% do PIB em 2017.

105. Na LDO de 2017 foram incluídas regras da PEC 241/16 (Novo Regime Fiscal) que não dependem de alterações constitucionais. Foi estabelecido limite para a despesa primária total correspondente à execução em 2016, corrigida em 7,2%. A PEC faz a correção pela inflação passada, usando o IPCA. Excluem-se da base da atualização e do limite transferências de receitas a outros entes; transferências obrigatórias em função de receitas vinculadas; créditos extraordinários; capitalização de empresas públicas; e custeio de processos eleitorais.

106. Interpretando combinadamente os substitutivos da PEC 241 e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, e considerando o método tradicionalmente usado para definir o limite da autorização orçamentária para um dado exercício, quando condicionado apenas à consecução de um resultado primário pré-estabelecido, entendemos que: (a) prevalecem as diretrizes orçamentárias para a elaboração da Proposta e da Lei; (b) o limite para a despesa primária em 2017, dado alternativamente pela correção da despesa realizada em 2016 ou pela meta primária para 2017, considerará, como sempre considerou, a execução financeira, e as estimativas dos correspondentes ajustes, em 2016 e 2017. Tais ajustes estão implícitos na referência, no substitutivo da PEC, a “*despesas primárias pagas, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário no exercício*”; (c) Com a aprovação da PEC 241, as despesas na Lei, se dentro do limite (igual ou abaixo) poderão ser mantidas, ou deverão ser reduzidas via contingenciamento se receitas e meta primária não as comportarem conforme previsto; (d) como determina a LDO, a “*previsão de pagamento ..., incluídos os restos a pagar, será apurada de acordo com o relatório ...*” (de receitas e de despesas) “*a que se refere o § 4º do art. 55 da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015*”. A avaliação de receitas e despesas do exercício é atualizada bimestralmente. Depois do



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

encaminhamento do Congresso da Proposta, foi elaborada nova avaliação, com previsão de maiores despesas primárias em 2016, em que o teto para 2016 aumenta pouco mais de R\$ 900 milhões; (e) não pode ser aplicado o § 3º do novo art. 102 do ADCT, porque a mensagem, elaborada segundo diretrizes da LDO 2017, não poderia demonstrar “os valores máximos de programação compatíveis com os limites individualizados”, pois os limites não foram individualizados, nem se poderiam observar “os §§ 7º a 9º ...” do mesmo artigo.

TABELA VIII
PROJEÇÃO DO LIMITE PARA DESPESAS PRIMÁRIAS NO PLOA 2017

Discriminação	2016	
	3º Bimestre	4º Bimestre
I - Resultado Primário da União	(170.496,0)	(170.496,0)
II - Receitas Primárias sem Reserva para Compensação do INSS	1.257.208,6	1.260.309,7
III - Transferência Intraorçamentária para Compensação do INSS	18.901,8	18.485,3
IV - Receitas Primárias com Reserva para Compensação do INSS	1.276.110,4	1.278.795,1
V - Despesas Primárias com Ajuste para Compensação do INSS (IV - I)	1.446.606,4	1.449.291,1
VI - Transferências por Repartição de Receita - Caixa Ajustado	206.124,6	207.087,1
VII - Despesas Primárias Exclusive Transferências (I+II+III)	1.240.481,8	1.242.204,0
VIII - Exclusões/Inclusões	45.422,6	46.301,2
IV.1. Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)	12.018,2	12.018,2
IV.2. Créditos Extraordinários	9.468,3	10.258,3
IV.3. Pleitos Eleitorais	918,2	918,2
IV.4. Fundeb	12.544,7	12.544,7
IV.4. Outras Transferências	6.369,5	6.414,5
IV.6. Aumento de Capital de Estatais	4.103,7	4.147,4
IX - Base para Projeção do Limite para as Despesas Primárias de 2017 (VII - VIII)	1.195.059,3	1.195.902,7
X - Inflação Projetada para 2016 (IPCA Acumulado)	7,2%	7,2%
XI - Teto para Despesas Primárias (IX*X)	1.281.103,5	1.282.007,7
Memo:		
Despesas sujeitas ao Teto no PLOA 2017		1.279.961,4

Fonte: PL 18/16-CN e relatórios de avaliação bimestrais. Elaboração das Consultorias.

107. No novo modelo que estará em vigor, a partir de 2017, a insuficiência da receita na etapa da execução do orçamento determinará a redução do limite financeiro, e presumivelmente do limite de empenho. O total das despesas autorizadas na Lei está bem delimitado: enquanto a PEC 241 não é promulgada, o texto da lei, no art. 4º da proposta orçamentária, trouxe mudança na condição para a abertura de créditos suplementares, que dependerá de cancelamento de outra despesa no mesmo montante.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

108. O limite financeiro para as despesas primárias foi calculado mediante a correção, por 7,2%, da estimativa da execução dessas despesas em 2016, de acordo com a 3ª Avaliação bimestral, consideradas as exclusões da base da correção e as inclusões para 2017 permitidas pela LDO. Pelo critério do cumprimento da meta de resultado primário, o limite não pode ser integralmente utilizado na Proposta. A diferença entre os dois valores foi de R\$ 1.142,1 milhões. Conhecido a despesa prevista na 4ª Avaliação, a diferença entre o limite apurado segundo a LDO/PEC 241 aumenta para R\$ 2.046,3 milhões.
109. Eventual reestimativa positiva de receitas neste Relatório poderá acomodar mais despesas na Proposta, sem que se coloque em risco o resultado primário definido na LDO de 2017.

1.10 Reestimativa das Receitas Primárias para 2017. Resultados

110. A avaliação da estimativa da receita orçamentária constante do Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Executivo é etapa inicial do processo de apreciação do orçamento na CMO e o correspondente relatório deve ser votado previamente à apresentação do Relatório Preliminar. Pela Resolução, cabe ainda proposta de atualização por força de mudança posterior de previsões de comportamento de variáveis macroeconômicas e da legislação.
111. A Resolução nº 01/2006-CN pede que no Relatório da Receita se verifique o “atendimento às normas constitucionais e legais pertinentes à Receita, especialmente quanto à compatibilidade do projeto com a lei do Plano Plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a Lei Complementar nº 101, de 2000”.
112. Do ponto de vista legal, as estimativas de receitas no Projeto de Lei Orçamentária para 2017 atendem ao que dispõem a Constituição Federal e a legislação pertinente, em particular a Lei de Responsabilidade Fiscal e a



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

LDO. Elas refletem as legislações vigentes (tributária e outras) e guardam compatibilidade, na classificação e na metodologia de estimação, com a legislação de finanças públicas.

113. A reabertura do prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), nos termos do Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2016, deverá produzir novas receitas de tributo e da multa incidentes Contribuintes retardatários, que deixaram passar a janela de oportunidade aberta pela Lei nº 13.254, de 2016, poderão ser atendidos pela nova lei. O uso dessas receitas no orçamento de 2017 é absolutamente válido. O PLS aumenta a alíquota do imposto de renda de 15% para 17,5%. A multa continuará de 100%, incidindo sobre o valor apurado do imposto.

114. Tanto o projeto de LDO para 2007, quanto o substitutivo aprovado pela Comissão Mista de Orçamento, referem-se a receitas incluídas no projeto de lei orçamentária e na lei orçamentária aprovada que dependam de proposições legislativas ainda em tramitação como “receitas condicionadas”, *verbis*:

“Art. 100. Na estimativa das receitas e na fixação das despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2017 e da respectiva Lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições, inclusive quando se tratar de desvinculação de receitas, que sejam objeto de proposta de emenda constitucional, de projeto de lei ou de medida provisória que esteja em tramitação no Congresso Nacional.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2017:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a variação esperada na receita, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II - serão identificadas as despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação decorrentes de desvinculação de receitas.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

§ 2º A troca das fontes de recursos condicionadas, constantes da Lei Orçamentária de 2017, pelas respectivas fontes definitivas, cujas alterações na legislação foram aprovadas, será efetuada até trinta dias após a publicação das referidas alterações legislativas.”

115. Com base nas premissas que adotou quanto aos cenários macroeconômicos interno e externo, esperados para o restante de 2016 e para 2017, e nas políticas estabelecidas para o cumprimento das metas de resultado primário e de inflação, fixadas em lei para 2016 e para 2017, o Poder Executivo elaborou as estimativas de receitas apresentadas em sua Proposta para 2017.
116. Em nossos estudos, acolhemos todos os parâmetros econômico-fiscais da Proposta para 2017. O crescimento previsto, de 1,6% do PIB em 2017, embora considerado otimista segundo expectativa mediana do mercado, reflete a determinação do governo de perseguir a meta de crescimento com as medidas de estímulo ao investimento e à produção que têm sido adotadas e as que estão em gestação. Assim, entendemos que os novos gestores da política econômica envidarão todos os esforços necessários à retomada do ritmo de expansão prévio à crise recente por que passa a economia nacional. Ademais, a perspectiva de aceleração da atividade econômica no último trimestre deste ano permite que se prognostique um efeito estatístico positivo em 2017.
117. A avaliação das receitas constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2017 depende das hipóteses de comportamento de variáveis econômicas-chave. É sabida a larga experiência do corpo técnico do Executivo e a redobrada cautela que tem demonstrado em suas previsões recentes de receita. Saindo de um ambiente recessivo para de crescimento, ainda que moderado, nosso prognóstico é de que a receita se recupere rapidamente. Esse é o principal aspecto da dinâmica das receitas federais em 2017 que buscamos refletir nesta reavaliação.
118. Também levamos em consideração que este Relatório é o passo inicial da análise da peça orçamentária no Congresso Nacional. Premidos pelo



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

calendário de votações e por outras circunstâncias que só permitiram a finalização deste documento já adentrado o mês de novembro, entendemos que a discussão e votação do projeto de lei orçamentária ainda neste exercício são compromissos desta legislatura para com o País. Assim, decidimos fazer refletir em nossa emenda de Relator da Receita tão somente duas naturezas de receita, ambas contempladas no projeto de lei de iniciativa da Comissão Diretora do Senado Federal, de forma a permitir que a discussão do projeto de lei orçamentária avance.

119. Ademais, nossas considerações foram levadas às autoridades do Poder Executivo e esse tema foi amplamente discutido com o Senhor Ministro do Planejamento.
120. Os resultados de nossa reestimativa das Receitas Primárias para 2017, estão reunidos na Tabela IX, a seguir. Essa Tabela mostra reestimativas para dois itens específicos da Receita Administrada pela RFB.
121. Neste Relatório, as Receitas Primárias, totais e líquidas de transferências a Estados e Municípios, foram reestimadas para R\$ 1.406,8 milhões e R\$ 1.171,5 milhões, respectivamente, gerando um acréscimo bruto de R\$ 13,18 bilhões e líquido de R\$ 10,15 bilhões com relação aos valores da Proposta para 2017.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
 Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

Tabela IX
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Receitas Primárias, 2011-2017

					2015		2016				2017					
	2011	2012	2013	2014	Realizado		Proposta	Orçamento	4º Bimestre		Proposta (A)	Congresso Nacional (B)		Diferença (B-A)		
	% PIB	% PIB	% PIB	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões		% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	
RECEITA TOTAL	22,66	22,02	22,01	21,16	1.222.382,4	20,70	1.383.335,2	1.433.456,5	1.260.309,7	20,15	1.393.632,6	20,43	1.406.812,6	20,62	13.180,0	0,19
Receita Administrada pela RFB	14,37	13,47	13,53	13,00	765.126,6	12,96	862.752,7	889.549,1	780.087,6	12,47	868.407,5	12,73	881.587,5	12,92	13.180,0	0,19
Imposto de Importação	0,61	0,65	0,70	0,64	38.942,3	0,66	48.190,1	46.530,8	31.013,1	0,50	38.769,5	0,57	38.769,5	0,57	-	-
IPI	0,95	0,93	0,83	0,88	48.586,3	0,82	58.736,9	56.174,6	43.042,2	0,69	52.210,1	0,77	52.210,1	0,77	-	-
Imposto de Renda	5,39	5,13	5,13	5,02	300.431,9	5,09	324.312,2	350.569,7	314.931,8	5,04	346.262,7	5,08	352.852,7	5,17	6.590,0	0,10
IOF	0,73	0,65	0,56	0,53	34.869,7	0,59	41.025,4	38.261,8	34.361,7	0,55	37.657,1	0,55	37.657,1	0,55	-	-
COFINS	3,68	3,64	3,81	3,49	202.733,7	3,43	232.846,1	227.862,9	207.810,8	3,32	222.797,2	3,27	222.797,2	3,27	-	-
PIS/PASEP	0,96	0,97	0,98	0,92	53.548,4	0,91	60.677,4	59.544,8	55.331,5	0,88	59.701,0	0,88	59.701,0	0,88	-	-
CSLL	1,35	1,18	1,21	1,14	60.418,6	1,02	67.504,7	65.975,4	67.877,4	1,09	78.964,9	1,16	78.964,9	1,16	-	-
CPMF	0,00	(0,01)	-	-	-	-	-	12.740,0	-	-	-	-	-	-	-	-
CIDE-Combustíveis	0,20	0,06	0,01	0,00	3.277,9	0,06	6.505,4	5.737,1	5.912,4	0,09	6.023,4	0,09	12.613,4	0,18	6.590,0	0,10
Outras Administradas pela SRF	0,50	0,28	0,30	0,37	22.317,9	0,38	22.954,5	26.152,0	19.806,7	0,32	26.021,4	0,38	26.021,4	0,38	-	-
Arrecadação Líquida do INSS	5,62	5,70	5,61	5,62	324.865,0	5,50	347.597,6	344.222,6	340.601,8	5,45	365.106,6	5,35	365.106,6	5,35	-	-
Contribuição ao PSSS/Servidores	0,21	0,20	0,19	0,19	11.928,6	0,20	13.471,3	13.471,3	12.550,0	0,20	14.392,7	0,21	14.392,7	0,21	-	-
Receitas Não Administradas	2,45	2,65	2,68	2,35	120.462,2	2,04	132.251,1	155.351,1	126.211,7	2,02	139.845,1	2,05	139.845,1	2,05	-	-
Concessões e Permissões	0,09	0,05	0,42	0,14	5.891,2	0,10	10.007,0	28.507,0	22.800,0	0,36	23.963,2	0,35	23.963,2	0,35	-	-
Dividendos	0,46	0,58	0,32	0,33	12.072,6	0,20	12.224,8	16.224,8	3.126,0	0,05	7.708,0	0,11	7.708,0	0,11	-	-
Salário-Educação	0,30	0,31	0,31	0,32	19.084,1	0,32	19.717,4	19.717,4	19.619,2	0,31	20.886,5	0,31	20.886,5	0,31	-	-
Royalties/Comp. Financeiras	0,68	0,71	0,69	0,69	28.830,9	0,49	33.033,3	33.033,3	24.141,8	0,39	29.819,0	0,44	29.819,0	0,44	-	-
Demais Receitas	0,53	0,56	0,63	0,58	35.230,4	0,60	36.850,7	37.450,7	35.721,6	0,57	36.398,2	0,53	36.398,2	0,53	-	-
Receita Própria (fts 50, 81 & 82)	0,33	0,39	0,25	0,22	14.559,8	0,25	15.643,7	15.643,7	15.491,9	0,25	15.474,2	0,23	15.474,2	0,23	-	-
Complemento do FGTS	0,06	0,06	0,07	0,07	4.793,2	0,08	4.774,2	4.774,2	5.311,2	0,08	5.596,1	0,08	5.596,1	0,08	-	-
Operações com Ativos	-	-	-	-	-	-	27.262,4	30.862,4	858,6	0,01	5.880,7	0,09	5.880,7	0,09	-	-
TRANSFER ESTADOS MUNICÍPIOS	3,73	3,56	3,42	3,49	204.929,0	3,47	221.747,3	232.336,0	207.087,1	3,31	232.326,2	3,41	235.357,6	3,45	3.031,4	0,04
FPE/FPM/PI-EE	2,98	2,79	2,71	2,76	165.695,2	2,81	181.015,1	191.658,8	168.508,5	2,69	188.376,6	2,76	191.408,0	2,81	3.031,4	0,04
Fundos Regionais	0,09	0,08	0,09	0,08	6.358,2	0,11	4.737,4	4.737,4	7.810,1	0,12	9.591,2	0,14	9.591,2	0,14	-	-
Salário Educação	0,18	0,18	0,17	0,19	12.355,1	0,21	11.830,4	11.830,4	11.771,5	0,19	12.531,9	0,18	12.531,9	0,18	-	-
Compensações Financeiras	0,43	0,47	0,44	0,44	18.836,9	0,32	21.361,1	21.361,1	16.309,6	0,26	18.983,0	0,28	18.983,0	0,28	-	-
Cide-combustíveis	0,05	0,02	0,00	0,00	448,0	0,01	1.564,5	1.408,6	1.239,7	0,02	1.193,3	0,02	1.193,3	0,02	-	-
Demais	0,01	0,01	0,02	0,02	1.235,7	0,02	1.238,8	1.339,8	1.447,6	0,02	1.650,3	0,02	1.650,3	0,02	-	-
RECEITA LÍQUIDA	18,93	18,46	18,59	17,67	1.017.453,4	17,23	1.161.587,9	1.201.120,5	1.053.222,6	16,84	1.161.306,3	17,02	1.171.454,9	17,17	10.148,6	0,15
Memorando:																
Reserva Compensação ao RGPS	-	0,04	0,17	0,32	25.407,0	0,43	18.489,5	18.489,5	18.485,3	0,30	16.002,9	0,23	16.002,9	0,23	-	-
Produto Interno Bruto (R\$ Bilhões)	4.373,7	4.805,9	5.316,5	5.687,3	5.904,3		6.253,2	6.116,9	6.253,7		6.821,9		6.821,9			

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal; Tesouro Nacional; IBGE; Banco Central do Brasil; Avaliações, decretos, propostas e lei orçamentárias citados. Elaboração dos autores.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

1.10.1 Reestimativa das Receitas Administradas pela RFB para 2017.

1.10.2 Metodologia

122. Segundo a Resolução Nº 1, de 2006 - CN, a metodologia a ser utilizada na análise da estimativa da receita deverá ser aquela prevista na LDO. Só até a LDO de 2009 houve a previsão de que as estimativas “se farão com a observância estrita das normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante”. De qualquer maneira, a LRF, matriz desse dispositivo, já cuidara do assunto nos mesmos termos:

“Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.”

123. O Comitê de Receitas adotou por muito tempo a mesma metodologia da antiga SRF, atual RFB, para as estimativas das receitas por ela administradas. A observação da arrecadação no ano, até o último mês disponível, permitia que se ajustasse a base da projeção para o exercício seguinte.

124. Desde o orçamento de 2004, o Comitê incorpora em suas previsões Receitas Atípicas ou Extraordinárias arrecadadas pela RFB. O modelo da RFB passou a prevê-las em 2007, no PL nº 15/2006.

125. A inclusão de Receitas Extraordinárias (ou Atípicas, ou Esforço de Arrecadação) nas estimativas cumpre o papel de compensar o efeito de variáveis que não são levadas em conta na metodologia linear de previsão adotada pelo Executivo, para incorporar melhorias nos procedimentos de



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

arrecadação, mudança na elasticidade das receitas em relação aos indicadores usados e erro na avaliação do efeito das alterações legislativas e de outros indicadores.

1.10.3 Reestimativa das Receitas Administradas pela RFB para 2017. Resultados

126. A Tabela X mostra os resultados das reestimativas das receitas administradas, onde ocorreram as alterações em relação à proposta.

1.11 Ajustes Técnicos para Adequação das Fontes de Recursos e Outros Decorrentes deste Relatório

127. Caberá ao Relator-Geral promover:

- a) os ajustes técnicos necessários à utilização das receitas identificadas neste Relatório, inclusive, se for o caso, disponibilizando fontes financeiras de recursos; e
- b) acréscimos em fontes de recursos do orçamento de investimento em virtude de aprovação de Emendas à despesa nos orçamentos fiscal e da seguridade social.

1.12 - Parecer às Emendas à Receita e de Renúncia de Receita Apresentadas

128. Os pareceres às emendas de Receita, em número 2 (duas), estão em anexo. Não foram apresentadas emendas de Renúncia de Receita.

129. Nosso parecer foi pela inadmissibilidade das Emendas nº 35510023 e 38240015, de autoria, respectivamente, do Deputado CELSO JACOB e do Senador DALÍRIO BEBER. Em que pese o mérito de suas proposições, favoráveis ao Ministério da Cultura, não foi demonstrada a existência de erro ou omissão na estimativa da receita que justifique sua inclusão.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
 Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016-CN

TABELA X
 RECEITA ADMINISTRADA PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EXCETO INSS, 2012-2017 ⁽¹⁾

Item	2012		2013		2014		2015		2016				2017									
	Realizado		Realizado		Realizado		Realizado		Proposta		Lei		3ª Avaliação		4ª Avaliação		Proposta (A)		Congresso Nacional (B)		Diferença (B-A)	
	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
Imposto de Importação	31.067,6	0,65	37.138,7	0,70	36.563,3	0,64	38.942,3	0,66	48.190,1	0,77	46.530,8	0,76	30.506,1	0,49	31.013,1	0,50	38.769,5	0,57	38.769,5	0,57	-	-
IPI	44.480,2	0,93	44.077,4	0,83	50.146,2	0,88	48.586,3	0,82	58.736,9	0,94	56.174,6	0,92	43.369,3	0,69	43.042,2	0,69	52.210,1	0,77	52.210,1	0,77	-	-
IPI - Fumo	4.079,3	0,08	5.098,5	0,10	5.654,1	0,10	5.681,7	0,10	5.835,3	0,09	5.835,3	0,10	5.692,7	0,09	5.813,0	0,09	5.806,0	0,09	5.806,0	0,09	-	-
IPI - Bebidas	3.216,6	0,07	3.438,1	0,06	3.380,1	0,06	2.594,4	0,04	2.697,9	0,04	2.697,9	0,04	2.375,2	0,04	2.424,6	0,04	2.558,1	0,04	2.558,1	0,04	-	-
IPI - Automóveis	4.379,9	0,09	3.776,8	0,07	4.910,7	0,09	4.358,5	0,07	5.968,9	0,10	5.968,9	0,10	4.059,2	0,06	3.614,0	0,06	3.750,2	0,05	3.750,2	0,05	-	-
IPI - Importação	15.929,7	0,33	14.624,1	0,28	15.079,1	0,27	16.802,4	0,28	20.621,5	0,33	20.621,5	0,34	13.097,0	0,21	13.246,4	0,21	16.584,3	0,24	16.584,3	0,24	-	-
IPI - Outros	16.874,7	0,35	17.139,9	0,32	21.122,1	0,37	19.149,4	0,32	23.613,3	0,38	21.051,1	0,34	18.145,2	0,29	17.944,4	0,29	23.511,4	0,34	23.511,4	0,34	-	-
Imposto de Renda	246.511,1	5,13	272.540,7	5,13	285.684,3	5,02	300.431,9	5,09	324.312,2	5,19	350.569,7	5,73	311.614,1	4,99	314.931,8	5,04	346.262,7	5,08	352.852,7	5,17	6.590,0	0,10
IR - Pessoa Física	24.145,4	0,50	26.298,7	0,49	27.708,9	0,49	28.195,6	0,48	31.572,2	0,50	53.004,9	0,87	29.869,2	0,48	30.015,2	0,48	31.535,7	0,46	38.125,7	0,56	6.590,0	0,10
IR - Pessoa Jurídica	100.962,1	2,10	114.092,0	2,15	112.709,0	1,98	107.605,1	1,82	114.844,0	1,84	115.951,8	1,90	110.303,0	1,77	113.058,7	1,81	135.132,0	1,98	135.132,0	1,98	-	-
IR - Fonte	121.403,6	2,53	132.150,0	2,49	145.266,4	2,55	164.641,7	2,79	177.895,9	2,84	181.613,0	2,97	171.442,0	2,74	171.857,9	2,75	179.595,0	2,63	179.595,0	2,63	-	-
IRRF - Trabalho	63.934,0	1,33	66.882,0	1,26	73.934,2	1,30	75.713,0	1,28	80.461,6	1,29	79.175,8	1,29	79.217,6	1,27	80.314,3	1,28	83.620,0	1,23	83.620,0	1,23	-	-
IRRF - Capital	33.853,8	0,70	37.035,3	0,70	41.211,0	0,72	53.648,4	0,91	61.201,8	0,98	64.406,3	1,05	59.537,7	0,95	58.743,3	0,94	62.427,0	0,92	62.427,0	0,92	-	-
IRRF - Remessas	15.262,4	0,32	18.602,3	0,35	19.795,0	0,35	24.824,6	0,42	25.696,5	0,41	27.898,9	0,46	22.402,5	0,36	22.626,1	0,36	22.697,9	0,33	22.697,9	0,33	-	-
IRRF - Outros	8.353,5	0,17	9.630,4	0,18	10.326,2	0,18	10.455,8	0,18	10.535,9	0,17	10.131,9	0,17	10.284,2	0,16	10.174,2	0,16	10.850,0	0,16	10.850,0	0,16	-	-
IOF	31.023,0	0,65	29.642,6	0,56	29.892,9	0,53	34.869,7	0,59	41.025,4	0,66	38.261,8	0,63	34.888,3	0,56	34.361,7	0,55	37.657,1	0,55	37.657,1	0,55	-	-
Cofins	175.157,8	3,64	202.813,2	3,81	198.742,4	3,49	202.733,7	3,43	232.846,1	3,72	227.862,9	3,73	208.957,6	3,34	207.810,8	3,32	222.797,2	3,27	222.797,2	3,27	-	-
PIS/Pasep	46.407,4	0,97	52.038,0	0,98	52.543,5	0,92	53.548,4	0,91	60.677,4	0,97	59.544,8	0,97	55.961,7	0,90	55.331,5	0,88	59.701,0	0,88	59.701,0	0,88	-	-
CSLL	56.541,5	1,18	64.250,7	1,21	64.808,1	1,14	60.418,6	1,02	67.504,7	1,08	65.975,4	1,08	67.072,8	1,07	67.877,4	1,09	78.964,9	1,16	78.964,9	1,16	-	-
CPMF	(275,0)	(0,01)	-	-	-	-	-	-	-	-	12.740,0	0,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIDE-Combustíveis	2.877,6	0,06	749,5	0,01	30,3	0,00	3.277,9	0,06	6.505,4	0,10	5.737,1	0,09	5.987,0	0,10	5.912,4	0,09	6.023,4	0,09	6.023,4	0,09	-	-
Outras Administradas	13.601,5	0,28	15.946,0	0,30	20.766,9	0,37	22.317,9	0,38	22.954,5	0,37	26.152,0	0,43	16.870,0	0,27	19.806,7	0,32	26.021,4	0,38	32.611,4	0,48	6.590,0	0,10
TOTAL	647.392,9	13,47	719.196,8	13,53	739.178,0	13,00	765.126,6	12,96	862.752,7	13,80	889.549,1	14,54	775.226,9	12,41	780.087,6	12,47	868.407,5	12,73	881.587,4	12,92	13.180,0	0,19

Fonte: Receita Federal do Brasil; Orçamentos e avaliações citados; Projeto de lei orçamentária de 2016 e 2017; IBGE. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Líquida de incentivos fiscais.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

1.13 Anexos

130. Encontram-se, em anexo, Tabelas contendo a evolução recente dos parâmetros econômicos e o detalhamento e o demonstrativo das receitas reestimadas para 2017, comparando-as com os valores respectivos contidos no Projeto de Lei, classificadas por natureza e fonte, conforme determina o art. 34 da Resolução nº 1, de 2006 – CN.

2. VOTO

131. Ante o exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações propostas pelo Relator que constam da relação em anexo sob a forma de emendas aprovadas.

Sala das Comissões, de novembro de 2016.

Deputado Daniel Vilela
Relator da Receita



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
 Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 18/2016–CN

3. ANEXO I

PARÂMETROS E INDICADORES MACROECONÔMICOS, 2015-2017 ⁽¹⁾

Valores Estimados e Realizados

Parâmetros	2015		2016							2017					
	Lei	Real	PLOA 2016	Lei 2016 ⁽²⁾	Aval Extemp Fev	Aval 1º Bimestre Março	Aval 2º Bimestre/ Aval Extemp Maio	Aval 3º Bimestre Julho	Aval 4º Bimestre Setembro	PLOA 2017	Mercado 4/11	PLDO 2017	LDO 2017 ⁽³⁾	Mercado 4/11	PLOA 2017
Variação real do PIB (%)	0,77	(3,85)	0,20	(1,88)	(2,94)	(3,05)	(3,80)	(3,10)	(3,00)	(3,00)	(3,31)	1,00	1,2	1,20	1,60
PIB (R\$ bilhões)	5.522,8	5.904,3	6.253,2	6.116,9	6.194,0	6.247,1	6.198,9	6.247,9	6.253,7	6.253,3	...	6.788,1	6.821,9
IPCA acum (%)	6,49	10,67	5,40	6,47	7,10	7,44	7,00	7,20	7,20	7,20	6,88	6,00	4,8	4,94	4,80
IGP-DI acum (%)	5,69	10,70	5,50	6,00	6,14	7,84	7,19	8,61	7,74	8,48	7,30	5,38	5,50
INPC acum (%)	5,85	11,28	5,20	5,52	6,41	7,50	7,34	7,56	7,68	7,48	7,64	6,00	...	4,80	4,80
Massa salarial (%)	10,60	...	2,32	1,95	4,07	2,97	2,44	3,32	3,66	2,37	...	7,17	7,40
Selic média (% a.a.)	12,07	13,27	13,42	13,99	15,18	14,17	13,99	13,99	14,07	14,01	14,13	11,63	11,63
Selic-fim de período (% a.a.)	12,00	14,25	12,00	13,25	15,25	14,25	13,25	13,25	13,75	13,50	13,50	12,75	11,25	10,75	...
Câmbio médio (R\$/US\$)	2,59	3,33	3,39	4,09	4,11	4,18	3,69	3,53	3,47	3,50	3,43	...	3,81	3,31	3,43
Câmbio fim (R\$/US\$)	2,67	3,90	3,49	4,19	3,87	4,35	3,76	3,44	3,27	3,30	3,20	4,4	...	3,39	...
Petróleo-preço médio (US\$)	86,02	54,40	55,94	52,16	49,99	40,78	43,40	45,17	43,99	42,40
Importações ⁽³⁾ em US\$ (%)	4,69	...	5,97	(7,91)	(7,41)	(19,28)	(14,64)	(18,26)	(14,81)	(12,07)	21,7

Fonte: Relatórios de Avaliação e de Cumprimento de Metas; respectivas apresentações; LOA 2015, LOA 2016, PLDO 2017; PLOA 2016; PLOA 2017; Bacen; SOF/MPOG; STN/MF.

⁽¹⁾ "%" representa variação em relação ao ano anterior, a menos que indicado de outra forma.

⁽²⁾ Atualização de parâmetros, conforme Ofício 230/2015-MP e SPE 11/11.

⁽³⁾ Exclui petróleo e derivados.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

ANEXO 2
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS REESTIMADAS POR NATUREZA DA RECEITA E FONTES DE RECURSOS

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
1110111 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - PRINCIPAL	38.675.120.582	0	38.675.120.582
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	31.713.598.877	0	31.713.598.877
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.961.521.705	0	6.961.521.705
1110112 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - MULTAS E JUROS	81.738.077	0	81.738.077
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	34.491.179	0	34.491.179
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	14.712.854	0	14.712.854
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	19.128.999	0	19.128.999
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	13.405.045	0	13.405.045
1110113 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	5.563.771	0	5.563.771
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.562.292	0	4.562.292
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.001.479	0	1.001.479
1110114 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	7.098.189	0	7.098.189
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.995.237	0	2.995.237
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.277.674	0	1.277.674
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.661.175	0	1.661.175
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.164.103	0	1.164.103
1110211 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - PRINCIPAL	17.084.245	0	17.084.245
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.009.081	0	14.009.081
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.075.164	0	3.075.164
1110212 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - MULTAS E JUROS	1.988.390	0	1.988.390
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	839.045	0	839.045
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	357.910	0	357.910
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	465.339	0	465.339
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	326.096	0	326.096
1110213 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	177.562	0	177.562
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	145.601	0	145.601
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	31.961	0	31.961
1110214 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	3.561.474	0	3.561.474
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.502.842	0	1.502.842
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	641.065	0	641.065
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	833.485	0	833.485



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	584.082	0	584.082
11120111 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS - PRINCIPAL	1.161.736.845	0	1.161.736.845
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	1.161.736.845	0	1.161.736.845
11120112 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS - MULTAS E JUROS	97.179.464	0	97.179.464
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	97.179.464	0	97.179.464
11120121 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS - PRINCIPAL	124.840.402	0	124.840.402
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	51.184.565	0	51.184.565
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	62.420.201	0	62.420.201
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11.235.636	0	11.235.636
11120122 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS - MULTAS E JUROS	5.695.362	0	5.695.362
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	2.847.680	0	2.847.680
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	512.583	0	512.583
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.368.368	0	1.368.368
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	966.731	0	966.731
11120123 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS - DÍVIDA ATIVA	4.241.470	0	4.241.470
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.739.003	0	1.739.003
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	2.120.735	0	2.120.735
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	381.732	0	381.732
11120124 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	5.102.356	0	5.102.356
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	2.551.178	0	2.551.178
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	459.212	0	459.212
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.225.892	0	1.225.892
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	866.074	0	866.074
11130111 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF - PRINCIPAL	28.609.698.421	6.590.000.000	35.199.698.421
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.810.083.508	0	11.810.083.508
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	14.018.752.226	0	14.018.752.226
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.780.862.687	0	2.780.862.687
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0	2.720.352.000	2.720.352.000
901 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	0	3.229.100.000	3.229.100.000
912 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0	640.548.000	640.548.000
11130112 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF - MULTAS E JUROS	1.851.242.854	0	1.851.242.854
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	907.108.999	0	907.108.999



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	179.940.805	0	179.940.805
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	383.626.952	0	383.626.952
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	380.566.098	0	380.566.098
11130113 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF - DÍVIDA ATIVA	524.707.914	0	524.707.914
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	216.599.427	0	216.599.427
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	257.106.878	0	257.106.878
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	51.001.609	0	51.001.609
11130114 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	539.373.928	0	539.373.928
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	264.293.224	0	264.293.224
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	52.427.146	0	52.427.146
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	171.184.435	0	171.184.435
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	51.469.123	0	51.469.123
11130211 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - PRINCIPAL	130.883.267.717	0	130.883.267.717
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	54.028.612.914	0	54.028.612.914
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	64.132.801.181	0	64.132.801.181
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	12.721.853.622	0	12.721.853.622
11130212 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - MULTAS E JUROS	2.727.777.712	0	2.727.777.712
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.336.611.078	0	1.336.611.078
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	265.139.994	0	265.139.994
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	565.268.380	0	565.268.380
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	560.758.260	0	560.758.260
11130213 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - DÍVIDA ATIVA	1.129.167.354	0	1.129.167.354
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	466.120.284	0	466.120.284
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	553.292.003	0	553.292.003
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	109.755.067	0	109.755.067
11130214 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	392.766.874	0	392.766.874
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	192.455.768	0	192.455.768
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	38.176.940	0	38.176.940
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	124.654.849	0	124.654.849
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	37.479.317	0	37.479.317
11130311 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	83.523.960.724	0	83.523.960.724
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	34.478.690.987	0	34.478.690.987



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	40.926.740.755	0	40.926.740.755
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	8.118.528.982	0	8.118.528.982
11130312 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - MULTAS E JUROS	681.600.798	0	681.600.798
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	333.984.390	0	333.984.390
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	66.251.598	0	66.251.598
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	141.245.886	0	141.245.886
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	140.118.924	0	140.118.924
11130313 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - DÍVIDA ATIVA	96.337.877	0	96.337.877
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	39.768.276	0	39.768.276
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	47.205.559	0	47.205.559
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	9.364.042	0	9.364.042
11130314 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	106.999.079	0	106.999.079
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	52.429.549	0	52.429.549
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	10.400.310	0	10.400.310
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	33.958.959	0	33.958.959
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	10.210.261	0	10.210.261
11130321 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - CAPITAL - PRINCIPAL	62.426.721.955	0	62.426.721.955
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	25.769.750.823	0	25.769.750.823
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	30.589.093.758	0	30.589.093.758
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.067.877.374	0	6.067.877.374
11130331 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - REMESSA AO EXTERIOR - PRINCIPAL	22.697.855.619	0	22.697.855.619
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.369.674.800	0	9.369.674.800
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	11.121.949.253	0	11.121.949.253
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.206.231.566	0	2.206.231.566
11130341 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	10.070.968.214	0	10.070.968.214
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.157.295.679	0	4.157.295.679
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4.934.774.425	0	4.934.774.425
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	978.898.110	0	978.898.110
11140111 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - FUMO - PRINCIPAL	5.806.003.336	0	5.806.003.336
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.920.625.904	0	1.920.625.904
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.425.541.968	0	3.425.541.968
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	459.835.464	0	459.835.464



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
11140121 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - BEBIDAS - PRINCIPAL	2.558.131.133	0	2.558.131.133
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	846.229.779	0	846.229.779
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.509.297.368	0	1.509.297.368
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	202.603.986	0	202.603.986
11140131 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - AUTOMÓVEIS - PRINCIPAL	3.750.232.130	0	3.750.232.130
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.240.576.789	0	1.240.576.789
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2.212.636.956	0	2.212.636.956
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	297.018.385	0	297.018.385
11140141 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - VINCULADOS À IMPORTAÇÃO - PRINCIPAL	16.584.321.353	0	16.584.321.353
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.486.093.504	0	5.486.093.504
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	9.784.749.598	0	9.784.749.598
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.313.478.251	0	1.313.478.251
11140151 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - PRINCIPAL	22.793.892.401	0	22.793.892.401
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.540.219.606	0	7.540.219.606
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	13.448.396.517	0	13.448.396.517
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.805.276.278	0	1.805.276.278
11140152 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - MULTAS E JUROS	450.054.912	0	450.054.912
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	265.532.398	0	265.532.398
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	35.644.349	0	35.644.349
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	62.171.522	0	62.171.522
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	86.706.643	0	86.706.643
11140153 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - DÍVIDA ATIVA	120.551.088	0	120.551.088
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	39.878.300	0	39.878.300
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	71.125.142	0	71.125.142
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	9.547.646	0	9.547.646
11140154 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	146.898.916	0	146.898.916
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	86.670.361	0	86.670.361
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11.634.394	0	11.634.394
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	37.142.514	0	37.142.514
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	11.451.647	0	11.451.647
11150111 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - OURO - PRINCIPAL	33.332.272	0	33.332.272
119 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO	33.332.272	0	33.332.272



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
11150121 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES - PRINCIPAL	37.358.232.466	0	37.358.232.466
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	30.633.750.622	0	30.633.750.622
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.724.481.844	0	6.724.481.844
11150122 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES - MULTAS E JUROS	262.284.830	0	262.284.830
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	47.211.269	0	47.211.269
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	92.051.484	0	92.051.484
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	123.022.077	0	123.022.077
11150123 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES - DÍVIDA ATIVA	1.485.108	0	1.485.108
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.217.789	0	1.217.789
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	267.319	0	267.319
11150124 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	1.773.513	0	1.773.513
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	319.232	0	319.232
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	622.432	0	622.432
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	831.849	0	831.849
11190113 - OUTROS IMPOSTOS - DÍVIDA ATIVA	15.466.024.947	0	15.466.024.947
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	15.466.024.947	0	15.466.024.947
11210111 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	3.971.451.977	0	3.971.451.977
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	2.780.016.384	0	2.780.016.384
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.191.435.593	0	1.191.435.593
11210112 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS	3.795.057	0	3.795.057
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	3.795.057	0	3.795.057
11210113 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	16.480.000	0	16.480.000
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	11.536.000	0	11.536.000
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.944.000	0	4.944.000
11210211 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO - TFI - PRINCIPAL	258.202.712	0	258.202.712
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	180.741.898	0	180.741.898
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	77.460.814	0	77.460.814
11210212 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO - TFI - MULTAS E JUROS	3.345.761	0	3.345.761
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	3.345.761	0	3.345.761



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
11210213 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO - TFI - DÍVIDA ATIVA	36.835	0	36.835
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	25.785	0	25.785
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.050	0	11.050
11210214 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO - TFI - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	25.740	0	25.740
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	25.740	0	25.740
11210221 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO - TFF - PRINCIPAL	2.558.353.987	0	2.558.353.987
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.790.847.791	0	1.790.847.791
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	767.506.196	0	767.506.196
11210222 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO - TFF - MULTAS E JUROS	1.314.335	0	1.314.335
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.314.335	0	1.314.335
11210223 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO - TFF - DÍVIDA ATIVA	125.594	0	125.594
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	87.916	0	87.916
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	37.678	0	37.678
11210311 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS - PRINCIPAL	52.645.668	0	52.645.668
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	36.851.968	0	36.851.968
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	15.793.700	0	15.793.700
11210411 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - PRINCIPAL	257.301.459	0	257.301.459
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	180.111.021	0	180.111.021
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	77.190.438	0	77.190.438
11210511 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA PESCA E AQUICULTURA - PRINCIPAL	14.677.060	0	14.677.060
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	10.273.942	0	10.273.942
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.403.118	0	4.403.118
11220111 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL	713.103.218	0	713.103.218
127 - CUSTAS JUDICIAIS	496.623.648	0	496.623.648
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	2.548.604	0	2.548.604
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	213.930.966	0	213.930.966
11220113 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA	1.587.468	0	1.587.468
127 - CUSTAS JUDICIAIS	1.111.228	0	1.111.228
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	476.240	0	476.240



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
12100111 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - PRINCIPAL	219.056.019.167	0	219.056.019.167
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	65.716.805.750	0	65.716.805.750
12100112 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - MULTAS E JUROS	2.456.166.823	0	2.456.166.823
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.625.411.386	0	1.625.411.386
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	830.755.437	0	830.755.437
12100113 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - DÍVIDA ATIVA	599.511.749	0	599.511.749
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	419.658.224	0	419.658.224
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	179.853.525	0	179.853.525
12100114 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	685.539.868	0	685.539.868
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	606.525.978	0	606.525.978
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	79.013.890	0	79.013.890
12100211 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - PRINCIPAL	76.820.384.310	0	76.820.384.310
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	53.774.269.017	0	53.774.269.017
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	23.046.115.293	0	23.046.115.293
12100212 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - MULTAS E JUROS	1.372.733.331	0	1.372.733.331
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	954.191.978	0	954.191.978
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	418.541.353	0	418.541.353
12100213 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - DÍVIDA ATIVA	578.830.849	0	578.830.849
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	405.181.594	0	405.181.594
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	173.649.255	0	173.649.255
12100214 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	193.001.498	0	193.001.498
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	164.409.992	0	164.409.992
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	28.591.506	0	28.591.506
12100311 - CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - PRINCIPAL	358.745.696.338	0	358.745.696.338
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	358.745.696.338	0	358.745.696.338
12100312 - CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - MULTAS E JUROS	2.194.855.648	0	2.194.855.648
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.194.855.648	0	2.194.855.648
12100313 - CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - DÍVIDA ATIVA	1.569.451.977	0	1.569.451.977



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.569.451.977	0	1.569.451.977
12100314 - CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	85.656.197	0	85.656.197
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	85.656.197	0	85.656.197
12100421 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS - PRINCIPAL	10.654.963.832	0	10.654.963.832
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	10.654.963.832	0	10.654.963.832
12100422 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS - MULTAS E JUROS	3.812.698	0	3.812.698
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	3.812.698	0	3.812.698
12100431 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS CIVIS PARA O RPPS - PRINCIPAL	3.460.898.003	0	3.460.898.003
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	3.460.898.003	0	3.460.898.003
12100451 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL AO RPPS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	186.496.360	0	186.496.360
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	186.496.360	0	186.496.360
12100461 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO CIVIL E DO PENSIONISTA CIVIL AO RPPS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	86.539.013	0	86.539.013
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	86.539.013	0	86.539.013
12100511 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES - PRINCIPAL	3.160.415.493	0	3.160.415.493
123 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES	2.212.290.845	0	2.212.290.845
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	948.124.648	0	948.124.648
12100611 - CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR DOS POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL - PRINCIPAL	17.100.458	0	17.100.458
106 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAÚDE DOS POLÍCIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL	11.970.321	0	11.970.321
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.130.137	0	5.130.137
12100621 - CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR DOS BOMBEIROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL - PRINCIPAL	8.819.035	0	8.819.035
106 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAÚDE DOS POLÍCIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL	6.173.324	0	6.173.324
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.645.711	0	2.645.711
12100711 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A LOTERIA FEDERAL - PRINCIPAL	83.395.464	0	83.395.464
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	58.376.825	0	58.376.825
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	25.018.639	0	25.018.639
12100721 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE LOTERIAS ESPORTIVAS - PRINCIPAL	43.940.795	0	43.940.795
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	30.758.557	0	30.758.557



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.182.238	0	13.182.238
12100741 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE LOTERIAS DE NÚMEROS - PRINCIPAL	5.404.660.465	0	5.404.660.465
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	3.783.262.326	0	3.783.262.326
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.621.398.139	0	1.621.398.139
12100751 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE LOTERIA INSTANTÂNEA - PRINCIPAL	46.232	0	46.232
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	32.362	0	32.362
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.870	0	13.870
12100761 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICO - MODALIDADE FUTEBOL - PRINCIPAL	37.201.671	0	37.201.671
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	26.041.170	0	26.041.170
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.160.501	0	11.160.501
12100811 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS - PRINCIPAL	307.426	0	307.426
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	215.198	0	215.198
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	92.228	0	92.228
12100812 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS - MULTAS E JUROS	41.079	0	41.079
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	41.079	0	41.079
12100911 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - PRINCIPAL	58.434.801.636	0	58.434.801.636
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	40.904.361.145	0	40.904.361.145
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17.530.440.491	0	17.530.440.491
12100912 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - MULTAS E JUROS	928.812.268	0	928.812.268
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	614.459.021	0	614.459.021
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	314.353.247	0	314.353.247
12100913 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - DÍVIDA ATIVA	160.472.258	0	160.472.258
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	112.330.581	0	112.330.581
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	48.141.677	0	48.141.677
12100914 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	176.747.117	0	176.747.117
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	157.920.109	0	157.920.109
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	18.827.008	0	18.827.008
12101011 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - PRINCIPAL	595.538.518	0	595.538.518
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	416.876.963	0	416.876.963
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	178.661.555	0	178.661.555



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
12101111 - CONTRIBUIÇÃO RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA - PRINCIPAL	5.447.158.756	0	5.447.158.756
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	3.813.011.129	0	3.813.011.129
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.634.147.627	0	1.634.147.627
12101121 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR - PRINCIPAL	148.908.514	0	148.908.514
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	104.235.960	0	104.235.960
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	44.672.554	0	44.672.554
12101211 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	20.834.250.833	0	20.834.250.833
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	20.834.250.833	0	20.834.250.833
12101212 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - MULTAS E JUROS	48.487.603	0	48.487.603
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	48.487.603	0	48.487.603
12101213 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	1.481.999	0	1.481.999
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.481.999	0	1.481.999
12101214 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	2.266.037	0	2.266.037
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.266.037	0	2.266.037
12101311 - CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AEROVIÁRIO - PRINCIPAL	221.277.760	0	221.277.760
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	154.894.432	0	154.894.432
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	66.383.328	0	66.383.328
12101411 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO - PRINCIPAL	162.342.599	0	162.342.599
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	113.639.819	0	113.639.819
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	48.702.780	0	48.702.780
12101611 - CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL RURAL - PRINCIPAL	353.698.178	0	353.698.178
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	247.588.725	0	247.588.725
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	106.109.453	0	106.109.453
12101711 - ADICIONAL À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA RURAL - PRINCIPAL	1.367.678.483	0	1.367.678.483
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	957.374.938	0	957.374.938
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	410.303.545	0	410.303.545
12200111 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - PIN - PRINCIPAL	9.427	0	9.427
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	6.599	0	6.599



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.828	0	2.828
12200121 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E DE ESTÍMULO À AGROINDÚSTRIA DO NORTE E DO NORDESTE - PROTERRA - PRINCIPAL	6.285	0	6.285
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	4.400	0	4.400
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.885	0	1.885
12200211 - CONTRIBUIÇÃO DE LOJAS FRANCAS, ENTREPOSTOS ADUANEIROS E DEPÓSITOS ALFANDEGÁRIOS - PRINCIPAL	96.696.517	0	96.696.517
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	67.687.562	0	67.687.562
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	29.008.955	0	29.008.955
12200311 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE APOSTAS EM COMPETIÇÕES HÍPICAS - PRINCIPAL	571.148	0	571.148
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	399.804	0	399.804
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	171.344	0	171.344
12200313 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE APOSTAS EM COMPETIÇÕES HÍPICAS - DÍVIDA ATIVA	67.485	0	67.485
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	47.240	0	47.240
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	20.245	0	20.245
12200411 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL - CONDECINE - PRINCIPAL	1.234.236.079	0	1.234.236.079
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL	863.965.255	0	863.965.255
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	370.270.824	0	370.270.824
12200413 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL - CONDECINE - DÍVIDA ATIVA	188.895	0	188.895
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL	132.226	0	132.226
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	56.669	0	56.669
12200511 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM - PRINCIPAL	2.873.420.824	0	2.873.420.824
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	2.011.394.577	0	2.011.394.577
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	862.026.247	0	862.026.247
12200512 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM - MULTAS E JUROS	68.440	0	68.440
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	68.440	0	68.440
12200611 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE AS RECEITAS DAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA - PRINCIPAL	904.287.048	0	904.287.048
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	633.000.934	0	633.000.934
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	271.286.114	0	271.286.114
12200612 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE AS RECEITAS DAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA - MULTAS E JUROS	672.922	0	672.922
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	672.922	0	672.922



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
12200711 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE - REMESSAS AO EXTERIOR - PRINCIPAL	2.983.038.571	0	2.983.038.571
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.088.127.000	0	2.088.127.000
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	894.911.571	0	894.911.571
12200811 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - IMPORTAÇÃO - PRINCIPAL	598.271.859	0	598.271.859
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	418.790.301	0	418.790.301
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	179.481.558	0	179.481.558
12200821 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - COMERCIALIZAÇÃO - PRINCIPAL	5.415.262.909	0	5.415.262.909
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	3.790.684.036	0	3.790.684.036
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.624.578.873	0	1.624.578.873
12200822 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - COMERCIALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS	6.881.259	0	6.881.259
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	1.995.565	0	1.995.565
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	2.880.375	0	2.880.375
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	2.005.319	0	2.005.319
12200823 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - COMERCIALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	1.383.669	0	1.383.669
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	968.568	0	968.568
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	415.101	0	415.101
12200824 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - COMERCIALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	1.605.509	0	1.605.509
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	465.598	0	465.598
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	672.038	0	672.038
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	467.873	0	467.873
12200911 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OPERACIONAL BRUTA DECORRENTE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - PRINCIPAL	1.147.372.475	0	1.147.372.475
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	803.160.732	0	803.160.732
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	344.211.743	0	344.211.743
12200912 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OPERACIONAL BRUTA DECORRENTE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - MULTAS E JUROS	5.486.265	0	5.486.265
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	5.486.265	0	5.486.265
12200913 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OPERACIONAL BRUTA DECORRENTE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - DÍVIDA ATIVA	186.994	0	186.994
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	130.896	0	130.896
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	56.098	0	56.098
12200921 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA BRUTA DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - PRINCIPAL	616.919.671	0	616.919.671
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	431.843.770	0	431.843.770
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	185.075.901	0	185.075.901



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
12201011 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FOMENTO DA RADIODIFUSÃO PÚBLICA - PRINCIPAL	157.417.797	0	157.417.797
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	110.192.458	0	110.192.458
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	47.225.339	0	47.225.339
12201012 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FOMENTO DA RADIODIFUSÃO PÚBLICA - MULTAS E JUROS	322.289	0	322.289
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	322.289	0	322.289
12201111 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NA AMAZÔNIA - PRINCIPAL	47.247.349	0	47.247.349
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	33.073.144	0	33.073.144
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.174.205	0	14.174.205
12201121 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NAS DEMAIS REGIÕES - PRINCIPAL	152.486.753	0	152.486.753
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	106.740.727	0	106.740.727
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	45.746.026	0	45.746.026
13100111 - ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	762.070.227	0	762.070.227
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	38.219.389	0	38.219.389
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	37.665.654	0	37.665.654
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	258.620.690	0	258.620.690
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	427.564.494	0	427.564.494
13100112 - ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - MULTAS E JUROS	1.793.423	0	1.793.423
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	368.878	0	368.878
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	1.073.221	0	1.073.221
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	37.638	0	37.638
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	313.686	0	313.686
13100121 - FOROS, LAUDÉMIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO - PRINCIPAL	612.178.153	0	612.178.153
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	489.742.523	0	489.742.523
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	122.435.630	0	122.435.630
13100122 - FOROS, LAUDÉMIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO - MULTAS E JUROS	17.597.555	0	17.597.555
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.164.123	0	5.164.123
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	12.433.432	0	12.433.432
13100211 - CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - PRINCIPAL	10.675.857.253	0	10.675.857.253
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	10.000.000.000	0	10.000.000.000
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.774.074	0	1.774.074
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	653.969.076	0	653.969.076
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	20.114.103	0	20.114.103



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
13100212 - CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - MULTAS E JUROS	25.365	0	25.365
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	25.365	0	25.365
13109911 - OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS - PRINCIPAL	2.752	0	2.752
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.752	0	2.752
13210011 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	17.115.312.390	0	17.115.312.390
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	10.982.336.471	0	10.982.336.471
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	5.859.465.119	0	5.859.465.119
293 - PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO	273.510.800	0	273.510.800
13210021 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PRINCIPAL	1.490.431.331	0	1.490.431.331
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.490.431.331	0	1.490.431.331
13210031 - REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO-DESEMBOLSADOS - PRINCIPAL	475.927.064	0	475.927.064
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	475.927.064	0	475.927.064
13210051 - JUROS DE TÍTULOS DE RENDA - PRINCIPAL	580.950.239	0	580.950.239
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	577.596.889	0	577.596.889
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	3.353.350	0	3.353.350
13210061 - JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - PRINCIPAL	4.197.533.340	0	4.197.533.340
197 - DIVIDENDOS DA UNIÃO	4.197.533.340	0	4.197.533.340
13220011 - DIVIDENDOS - PRINCIPAL	3.447.878.538	0	3.447.878.538
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	546.903	0	546.903
197 - DIVIDENDOS DA UNIÃO	3.443.618.231	0	3.443.618.231
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.713.404	0	3.713.404
13220012 - DIVIDENDOS - MULTAS E JUROS	4.033.554	0	4.033.554
197 - DIVIDENDOS DA UNIÃO	4.033.554	0	4.033.554
13230011 - PARTICIPAÇÕES - PRINCIPAL	62.774.914	0	62.774.914
197 - DIVIDENDOS DA UNIÃO	62.774.914	0	62.774.914
13310211 - DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO - PRINCIPAL	3.036.545.227	0	3.036.545.227
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	3.036.545.227	0	3.036.545.227
13320411 - DELEGAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - PRINCIPAL	3.827.138.341	0	3.827.138.341



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	3.827.138.341	0	3.827.138.341
13330011 - DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO - PODER CONCEDENTE NO REGIME PÚBLICO - PRINCIPAL	653.608.671	0	653.608.671
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	653.608.671	0	653.608.671
13330041 - CESSÃO DO DIREITO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIA - PRINCIPAL	79.778.107	0	79.778.107
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	79.778.107	0	79.778.107
13330051 - CESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE SATÉLITE BRASILEIRO - PRINCIPAL	8.145.527	0	8.145.527
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	8.145.527	0	8.145.527
13410111 - BÔNUS DE ASSINATURA DO CONTRATO DE CONCESSÃO - PRINCIPAL	572.000.000	0	572.000.000
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	572.000.000	0	572.000.000
13410121 - PAGAMENTO PELA RETENÇÃO DE ÁREA PARA EXPLORAÇÃO OU PRODUÇÃO - PRINCIPAL	238.818.124	0	238.818.124
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	238.818.124	0	238.818.124
13410211 - ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM TERRA (QUALQUER SITUAÇÃO) - CONTRATO DE CONCESSÃO - PRINCIPAL	469.192.495	0	469.192.495
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	469.192.495	0	469.192.495
13410221 - ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - ÁREA E CAMADA PRÉ-SAL - PRINCIPAL	2.695.051.603	0	2.695.051.603
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	2.425.546.443	0	2.425.546.443
13410231 - ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - DEMAIS SITUAÇÕES - PRINCIPAL	3.103.018.816	0	3.103.018.816
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	2.792.716.934	0	2.792.716.934
13410241 - ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - QUALQUER SITUAÇÃO - PRINCIPAL	171.251.464	0	171.251.464
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	154.126.318	0	154.126.318
13410311 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM TERRA (QUALQUER SITUAÇÃO) - CONTRATO DE CONCESSÃO - PRINCIPAL	422.419.402	0	422.419.402
108 - FUNDO SOCIAL - PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	52.802.425	0	52.802.425
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	369.616.977	0	369.616.977
13410321 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - ÁREA E CAMADA PRÉ-SAL - PRINCIPAL	2.691.397.535	0	2.691.397.535



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	2.422.257.782	0	2.422.257.782
13410331 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - DEMAIS SITUAÇÕES - PRINCIPAL	2.992.101.284	0	2.992.101.284
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	2.692.891.156	0	2.692.891.156
13410341 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - QUALQUER SITUAÇÃO - PRINCIPAL	171.251.464	0	171.251.464
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	154.126.318	0	154.126.318
13410411 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM TERRA (QUALQUER SITUAÇÃO) - CONTRATO DE CONCESSÃO - PRINCIPAL	51.335.893	0	51.335.893
108 - FUNDO SOCIAL – PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	11.807.255	0	11.807.255
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	39.528.638	0	39.528.638
13410421 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - ÁREA E CAMADA PRÉ-SAL - PRINCIPAL	8.655.572.879	0	8.655.572.879
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	6.664.791.117	0	6.664.791.117
13410431 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - DEMAIS SITUAÇÕES - PRINCIPAL	1.791.033.159	0	1.791.033.159
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	1.379.095.532	0	1.379.095.532
13410441 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - QUALQUER SITUAÇÃO - PRINCIPAL	54.884.052	0	54.884.052
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	42.260.720	0	42.260.720
13420241 - ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CESSÃO ONEROSA - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - PRINCIPAL	9.750.413	0	9.750.413
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	9.750.413	0	9.750.413
13420341 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CESSÃO ONEROSA - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - PRINCIPAL	9.750.413	0	9.750.413
108 - FUNDO SOCIAL – PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	975.041	0	975.041
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	8.775.372	0	8.775.372
13430111 - BÔNUS DE ASSINATURA DE CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO - PRINCIPAL	4.735.000.000	0	4.735.000.000
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	4.735.000.000	0	4.735.000.000
13440111 - OUTORGA DE DIREITOS DE EXPLORAÇÃO E PESQUISA MINERAL - PRINCIPAL	81.756.375	0	81.756.375
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	81.756.375	0	81.756.375



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
13440211 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - PRINCIPAL	2.043.511.343	0	2.043.511.343
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	2.043.511.343	0	2.043.511.343
13440213 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - DÍVIDA ATIVA	1.231.609	0	1.231.609
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	1.231.609	0	1.231.609
13450111 - OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL	67.800.000	0	67.800.000
116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	67.800.000	0	67.800.000
13450311 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - ITAIPU - PRINCIPAL	913.189.379	0	913.189.379
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	913.189.379	0	913.189.379
13450321 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - DEMAIS EMPRESAS - PRINCIPAL	2.496.673.913	0	2.496.673.913
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	2.219.293.441	0	2.219.293.441
183 - PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	277.380.472	0	277.380.472
13460121 - CONCESSÃO DE FLORESTAS NACIONAIS - DEMAIS VALORES - PRINCIPAL	8.598.977	0	8.598.977
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.598.977	0	8.598.977
13490111 - COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS - PRINCIPAL	308.421.065	0	308.421.065
107 - OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	308.421.065	0	308.421.065
13500211 - DIREITO DE USO DE IMAGEM E DE REPRODUÇÃO DOS BENS DO ACERVO PATRIMONIAL - PRINCIPAL	2.426	0	2.426
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.426	0	2.426
13600111 - CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PRINCIPAL	1.471.514.773	0	1.471.514.773
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	379.477.855	0	379.477.855
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.530.273	0	6.530.273
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.085.506.645	0	1.085.506.645
13900011 - DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS - PRINCIPAL	6.017.851	0	6.017.851
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.017.851	0	6.017.851
14000011 - RECEITA AGROPECUÁRIA - PRINCIPAL	28.674.726	0	28.674.726
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	415.365	0	415.365
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	28.259.361	0	28.259.361
15000011 - RECEITA INDUSTRIAL - PRINCIPAL	1.735.136.764	0	1.735.136.764



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
108 - FUNDO SOCIAL – PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	383.985.000	0	383.985.000
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	67.790.721	0	67.790.721
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	383.985.000	0	383.985.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	899.376.043	0	899.376.043
16100111 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL	2.156.653.786	0	2.156.653.786
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.290.297	0	1.290.297
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.110.361.385	0	1.110.361.385
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.045.002.104	0	1.045.002.104
16100211 - INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	463.433.974	0	463.433.974
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	90.013.941	0	90.013.941
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	373.420.033	0	373.420.033
16100214 - INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	1.920.000	0	1.920.000
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.920.000	0	1.920.000
16100311 - SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	1.171.153.491	0	1.171.153.491
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	38.423.069	0	38.423.069
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.132.730.422	0	1.132.730.422
16100313 - SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	61.662	0	61.662
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	61.662	0	61.662
16100411 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA - PRINCIPAL	612.303.109	0	612.303.109
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.190.874	0	2.190.874
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.632.858	0	4.632.858
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	605.479.377	0	605.479.377
16200111 - SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO - PRINCIPAL	2.259.332.608	0	2.259.332.608
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.259.332.608	0	2.259.332.608
16200211 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE - PRINCIPAL	164.404.566	0	164.404.566
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	164.404.566	0	164.404.566
16200311 - SERVIÇOS PORTUÁRIOS - PRINCIPAL	530.858	0	530.858
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	530.858	0	530.858
16200411 - TARIFA AEROPORTUÁRIA - PRINCIPAL	214.195	0	214.195
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	214.195	0	214.195



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
16200431 - PARCELA DA TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL - PRINCIPAL	407.564.828	0	407.564.828
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	407.564.828	0	407.564.828
16300111 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE - PRINCIPAL	153.515.005	0	153.515.005
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.400.737	0	2.400.737
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	151.114.268	0	151.114.268
16300211 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR DO SERVIDOR CIVIL - PRINCIPAL	105.582.981	0	105.582.981
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	694.515	0	694.515
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	104.888.466	0	104.888.466
16300221 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR DO MILITAR - PRINCIPAL	1.480.121.206	0	1.480.121.206
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.480.121.206	0	1.480.121.206
16400111 - RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS - PRINCIPAL	16.989.016.054	0	16.989.016.054
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	364.146.118	0	364.146.118
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	39.818.972	0	39.818.972
166 - RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	1.023.865	0	1.023.865
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	273.250.251	0	273.250.251
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	15.031.140.989	0	15.031.140.989
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.081.210.492	0	1.081.210.492
266 - RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	958.309	0	958.309
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	197.467.058	0	197.467.058
16400211 - CONCESSÃO DE AVAIS, GARANTIAS E SEGUROS - PRINCIPAL	465.090.369	0	465.090.369
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	465.090.369	0	465.090.369
16400311 - REMUNERAÇÃO SOBRE REPASSE PARA PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - PRINCIPAL	10.705.139.907	0	10.705.139.907
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	10.705.139.907	0	10.705.139.907
16909911 - OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	32.853.992	0	32.853.992
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	32.853.992	0	32.853.992
17100011 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	746.511.032	0	746.511.032
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	723.169.456	0	723.169.456
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	23.341.576	0	23.341.576
17200011 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	132.168.571	0	132.168.571
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	76.932.480	0	76.932.480



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	55.236.091	0	55.236.091
17300011 - TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	60.208.790	0	60.208.790
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	15.835.177	0	15.835.177
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	44.373.613	0	44.373.613
17400011 - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	366.406.296	0	366.406.296
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	77.540.000	0	77.540.000
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	20.811.067	0	20.811.067
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	4.996.572	0	4.996.572
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	46.127.766	0	46.127.766
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	36.500	0	36.500
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	161.205.020	0	161.205.020
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	55.689.371	0	55.689.371
17500011 - TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS - PRINCIPAL	21.791.781	0	21.791.781
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	21.791.781	0	21.791.781
17600011 - TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR - PRINCIPAL	35.425.184	0	35.425.184
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	35.425.184	0	35.425.184
17700011 - TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - PRINCIPAL	3.159.942	0	3.159.942
194 - DOAÇÕES PARA O COMBATE À FOME	2.711	0	2.711
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	2.378.431	0	2.378.431
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	778.800	0	778.800
17800011 - TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS - PRINCIPAL	147.831	0	147.831
194 - DOAÇÕES PARA O COMBATE À FOME	147.831	0	147.831
19100111 - MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL	4.685.467.321	6.590.000.000	11.275.467.321
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	276.097.853	0	276.097.853
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	7.463.576	0	7.463.576
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.667.782	0	3.667.782
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.811.870	0	6.811.870
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/IMF	411.176.552	0	411.176.552
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	3.816.995.181	0	3.816.995.181
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	163.254.507	0	163.254.507
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0	6.590.000.000	6.590.000.000
19100112 - MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - MULTAS E JUROS	2.055.331	0	2.055.331
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	2.055.331	0	2.055.331



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19100113 - MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - DÍVIDA ATIVA	350.576.319	0	350.576.319
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	76.518	0	76.518
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	350.499.801	0	350.499.801
19100114 - MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	11.657.999	0	11.657.999
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	11.657.999	0	11.657.999
19100211 - MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES - PRINCIPAL	17.991.851	0	17.991.851
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	17.991.851	0	17.991.851
19100212 - MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES - MULTAS E JUROS	3.893.590	0	3.893.590
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	3.893.590	0	3.893.590
19100213 - MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES - DÍVIDA ATIVA	344.888	0	344.888
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	344.888	0	344.888
19100311 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO E ABONO SALARIAL - PRINCIPAL	63.377.168	0	63.377.168
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	63.377.168	0	63.377.168
19100411 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - PRINCIPAL	565.119.342	0	565.119.342
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	565.119.342	0	565.119.342
19100511 - MULTAS PREVISTAS EM LEI POR INFRAÇÕES AO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA - PRINCIPAL	241.763.336	0	241.763.336
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	241.763.336	0	241.763.336
19100611 - MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS - PRINCIPAL	118.260.154	0	118.260.154
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	118.260.154	0	118.260.154
19100621 - MULTAS JUDICIAIS POR DANOS AMBIENTAIS - PRINCIPAL	161.022	0	161.022
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	161.022	0	161.022
19100711 - MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS - PRINCIPAL	6.833.586	0	6.833.586
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.833.586	0	6.833.586
19100811 - MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	11.188.237	0	11.188.237
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	11.188.237	0	11.188.237



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19100911 - MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - PRINCIPAL	108.777.763	0	108.777.763
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	27.388.695	0	27.388.695
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	9.884.396	0	9.884.396
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADAS PELA RFB/MF	667.337	0	667.337
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	70.837.335	0	70.837.335
19101011 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR - PRINCIPAL	422.437	0	422.437
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	422.437	0	422.437
19101012 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR - MULTAS E JUROS	19.096	0	19.096
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	19.096	0	19.096
19101013 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR - DÍVIDA ATIVA	267.880	0	267.880
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	267.880	0	267.880
19101014 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	12.149	0	12.149
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	12.149	0	12.149
19101111 - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ACESSÓRIA - PRINCIPAL	60.170.523	0	60.170.523
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	60.170.523	0	60.170.523
19210111 - INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO - PRINCIPAL	3.540.911	0	3.540.911
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	40.904	0	40.904
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.500.007	0	3.500.007
19210211 - INDENIZAÇÃO POR POSSE OU OCUPAÇÃO ILÍCITA DE BENS PÚBLICOS - PRINCIPAL	3.838.633	0	3.838.633
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.838.633	0	3.838.633
19210212 - INDENIZAÇÃO POR POSSE OU OCUPAÇÃO ILÍCITA DE BENS PÚBLICOS - MULTAS E JUROS	35.365	0	35.365
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	27.850	0	27.850
162 - RECURSOS PRIMÁRIOS PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	7.515	0	7.515
19210311 - INDENIZAÇÃO POR SINISTRO - PRINCIPAL	119.652	0	119.652
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	119.652	0	119.652
19219911 - OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	73.477.182	0	73.477.182
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	64.108.166	0	64.108.166
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	355.401	0	355.401



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	9.013.615	0	9.013.615
19220111 - RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	4.502.174	0	4.502.174
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.502.174	0	4.502.174
19220211 - RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS - PRINCIPAL	1.202.197.761	0	1.202.197.761
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.201.217.088	0	1.201.217.088
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	980.673	0	980.673
19220311 - RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PRINCIPAL	1.882.349.759	0	1.882.349.759
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.882.349.759	0	1.882.349.759
19220411 - RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - PRINCIPAL	1.791.514	0	1.791.514
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	1.791.514	0	1.791.514
19220611 - RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PRINCIPAL	1.424.640.200	0	1.424.640.200
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.401.995.479	0	1.401.995.479
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.065.797	0	5.065.797
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	17.578.924	0	17.578.924
19220711 - RESTITUIÇÃO DE PARCELAS DO SEGURO DESEMPREGO RECEBIDAS INDEVIDAMENTE - PRINCIPAL	95.167.839	0	95.167.839
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	95.167.839	0	95.167.839
19220811 - RESTITUIÇÃO DE GARANTIAS PRESTADAS - PRINCIPAL	8.645.363	0	8.645.363
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	8.645.363	0	8.645.363
19221011 - RESTITUIÇÃO DECORRENTE DA NÃO APLICAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS RELATIVOS À LEI ROUANET - PRINCIPAL	12.703.838	0	12.703.838
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	12.703.838	0	12.703.838
19221021 - RESTITUIÇÃO DECORRENTE DA NÃO APLICAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS RELATIVOS À LEI DO AUDIOVISUAL - PRINCIPAL	26.129.228	0	26.129.228
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	26.129.228	0	26.129.228
19229911 - OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	582.493.215	0	582.493.215
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	236.589.401	0	236.589.401
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	70.996.694	0	70.996.694
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	274.907.120	0	274.907.120
19230111 - RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE - PRINCIPAL	361.041.000	0	361.041.000
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	361.041.000	0	361.041.000



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19230211 - RESSARCIMENTO DE CUSTOS - PRINCIPAL	79.709.603	0	79.709.603
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	34.360.507	0	34.360.507
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	150.000	0	150.000
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	5.319.027	0	5.319.027
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	39.880.069	0	39.880.069
19230311 - REVERSÃO DE GARANTIAS - PRINCIPAL	119.937	0	119.937
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	119.937	0	119.937
19230411 - RESSARCIMENTO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - PRINCIPAL	4.615.370	0	4.615.370
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.615.370	0	4.615.370
19230412 - RESSARCIMENTO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - MULTAS E JUROS	198.304	0	198.304
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	198.304	0	198.304
19239913 - OUTROS RESSARCIMENTOS - DÍVIDA ATIVA	1.128	0	1.128
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.128	0	1.128
19300111 - BENS, DIREITOS E VALORES PERDIDOS EM FAVOR DO PODER PÚBLICO - PRINCIPAL	4.159.934	0	4.159.934
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.159.934	0	4.159.934
19300211 - ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS - PRINCIPAL	89.345.667	0	89.345.667
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	593.558	0	593.558
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	72.823.169	0	72.823.169
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	15.928.940	0	15.928.940
19300212 - ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS - MULTAS E JUROS	153.952	0	153.952
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	123.326	0	123.326
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	30.626	0	30.626
19300221 - ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS ASSOCIADOS AO TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DROGAS AFINS - PRINCIPAL	6.257.180	0	6.257.180
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	6.257.180	0	6.257.180
19300311 - DEPÓSITOS ABANDONADOS (DINHEIRO E/OU OBJETOS DE VALOR) - PRINCIPAL	16.747	0	16.747
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	16.747	0	16.747
19300411 - PRÊMIOS PRESCRITOS DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS - PRINCIPAL	378.533.161	0	378.533.161
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	378.533.161	0	378.533.161



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19900311 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - PRINCIPAL	37.417.626	0	37.417.626
19900313 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - DÍVIDA ATIVA	1.376	0	1.376
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.376	0	1.376
19900411 - CONTRIBUIÇÃO AO MONTEPIO CIVIL - PRINCIPAL	532.257	0	532.257
117 - RECURSOS ORIUNDOS DAS CONTRIBUIÇÕES VOLUNTÁRIAS PARA O MONTEPIO CIVIL	532.257	0	532.257
19900511 - BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO EXTERIOR - PRINCIPAL	515.001.553	0	515.001.553
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	515.001.553	0	515.001.553
19900512 - BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO EXTERIOR - MULTAS E JUROS	5.319.661	0	5.319.661
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	5.319.661	0	5.319.661
19900611 - CONTRAPARTIDA DE SUBVENÇÕES OU SUBSÍDIOS - PRINCIPAL	23.809.064	0	23.809.064
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	23.809.064	0	23.809.064
19900811 - PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT - PRINCIPAL	4.584.176.297	0	4.584.176.297
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	4.584.176.297	0	4.584.176.297
19901011 - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - PRINCIPAL	18.027.440	0	18.027.440
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	18.027.440	0	18.027.440
19901111 - VARIAÇÃO CAMBIAL - PRINCIPAL	2.622.762.951	0	2.622.762.951
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	2.622.762.951	0	2.622.762.951
19901211 - ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA - PRINCIPAL	191.065.520	0	191.065.520
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	19.296.119	0	19.296.119
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	171.769.401	0	171.769.401
19901221 - ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - PRINCIPAL	3.000.000	0	3.000.000
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	3.000.000	0	3.000.000
19909911 - OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	161.008.223	0	161.008.223
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.327.790	0	2.327.790
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	190.077	0	190.077
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	158.490.356	0	158.490.356
19909912 - OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	4.675.320	0	4.675.320



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.685.875	0	3.685.875
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	989.445	0	989.445
19909913 - OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA	200.635.010	0	200.635.010
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	112.318.544	0	112.318.544
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	51.769	0	51.769
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.145.394	0	4.145.394
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	1.089.093	0	1.089.093
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	905.386	0	905.386
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	4.507.491	0	4.507.491
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	77.617.333	0	77.617.333
19909914 - OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	254.477.421	0	254.477.421
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	243.725.798	0	243.725.798
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	8.648.104	0	8.648.104
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	690.413	0	690.413
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	673.989	0	673.989
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	739.117	0	739.117
21110011 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	608.493.448.594	0	608.493.448.594
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	608.493.448.594	0	608.493.448.594
21110021 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NO MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	925.084.468.997	0	925.084.468.997
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	925.084.468.997	0	925.084.468.997
21110031 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - TDA - PRINCIPAL	191.382.372	0	191.382.372
164 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	191.382.372	0	191.382.372
21120011 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	13.511.597	0	13.511.597
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	13.511.597	0	13.511.597
21210011 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	8.029.340.328	0	8.029.340.328
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	8.029.340.328	0	8.029.340.328
21210021 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NO MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	21.323.257.668	0	21.323.257.668
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	21.323.257.668	0	21.323.257.668
21220011 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	3.202.236.272	0	3.202.236.272
148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	226.526.524	0	226.526.524



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	2.975.709.748	0	2.975.709.748
22120111 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DA POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS - PGPM - PRINCIPAL	1.900.435.431	0	1.900.435.431
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	1.900.435.431	0	1.900.435.431
22120311 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA - PRINCIPAL	72.156.669	0	72.156.669
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	72.156.669	0	72.156.669
22130011 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	22.643.454	0	22.643.454
163 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	2.203.235	0	2.203.235
263 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	20.440.219	0	20.440.219
22200011 - ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	1.078.099.466	0	1.078.099.466
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	500.952.290	0	500.952.290
162 - RECURSOS PRIMÁRIOS PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	16.765.453	0	16.765.453
163 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	500.000.000	0	500.000.000
263 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	60.381.723	0	60.381.723
22200012 - ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - MULTAS E JUROS	936.063	0	936.063
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	189.652	0	189.652
263 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	746.411	0	746.411
22300011 - ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS - PRINCIPAL	5.000.000.000	0	5.000.000.000
163 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	5.000.000.000	0	5.000.000.000
23000311 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - ESTADOS E MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	9.348.567.911	0	9.348.567.911
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	1.904.681.208	0	1.904.681.208
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	7.443.886.703	0	7.443.886.703
23000411 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZO - PRINCIPAL	1.214.192.751	0	1.214.192.751
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	1.214.192.751	0	1.214.192.751
23000511 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - PROGRAMA DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - PRINCIPAL	1.424.405.070	0	1.424.405.070
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	4.343.000	0	4.343.000
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	1.420.062.070	0	1.420.062.070
23000611 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS - PRINCIPAL	4.873.034.146	0	4.873.034.146
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	3.530.161	0	3.530.161



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
166 - RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	5.000.000	0	5.000.000
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	4.713.655.390	0	4.713.655.390
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	150.848.595	0	150.848.595
23000711 - AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS - PRINCIPAL	3.069.837.820	0	3.069.837.820
166 - RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	3.981.704	0	3.981.704
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	2.430.434.250	0	2.430.434.250
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	635.421.866	0	635.421.866
23008011 - AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR - FIES - PRINCIPAL	796.340.230	0	796.340.230
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	796.340.230	0	796.340.230
24100011 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	61.297.017	0	61.297.017
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	57.642.973	0	57.642.973
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	3.654.044	0	3.654.044
24200011 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	19.251.544	0	19.251.544
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	11.237.187	0	11.237.187
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	8.014.357	0	8.014.357
24300011 - TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	1.901.200	0	1.901.200
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	1.901.200	0	1.901.200
24400011 - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	140.055.900	0	140.055.900
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	55.900	0	55.900
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	140.000.000	0	140.000.000
29200011 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL - OPERAÇÕES COM RESERVAS E DERIVATIVOS CAMBIAIS - PRINCIPAL	153.249.920.557	0	153.249.920.557
152 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL	153.249.920.557	0	153.249.920.557
29200021 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL - DEMAIS OPERAÇÕES - PRINCIPAL	61.772.918.687	0	61.772.918.687
152 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL	61.772.918.687	0	61.772.918.687
29300011 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO - PRINCIPAL	114.535.647.244	0	114.535.647.244
188 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL	114.535.647.244	0	114.535.647.244
29400011 - RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO - PRINCIPAL	3.249.547	0	3.249.547
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	3.249.547	0	3.249.547
71110112 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.160	0	1.160



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	490	0	490
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	209	0	209
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	271	0	271
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	190	0	190
71130312 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	30.961	0	30.961
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	15.171	0	15.171
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.009	0	3.009
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	6.416	0	6.416
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	6.365	0	6.365
71130331 - IR - RETIDO NA FONTE - REMESSA AO EXTERIOR - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	19.847	0	19.847
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.193	0	8.193
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	9.725	0	9.725
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.929	0	1.929
71130341 - IR - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	211.897	0	211.897
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	87.471	0	87.471
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	103.830	0	103.830
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	20.596	0	20.596
71140152 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	34.919	0	34.919
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	20.602	0	20.602
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.766	0	2.766
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	4.824	0	4.824
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	6.727	0	6.727
71210111 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	86.776	0	86.776
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	60.743	0	60.743
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	26.033	0	26.033
71210221 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	110.007	0	110.007
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	77.005	0	77.005
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	33.002	0	33.002
71220111 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	128.457	0	128.457
127 - CUSTAS JUDICIAIS	89.920	0	89.920
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	38.537	0	38.537
72100411 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	21.059.796.108	0	21.059.796.108



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	21.059.796.108	0	21.059.796.108
72100412 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.360.019	0	1.360.019
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	1.360.019	0	1.360.019
72100441 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	267.578.947	0	267.578.947
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	267.578.947	0	267.578.947
72100911 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	68.645	0	68.645
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	48.051	0	48.051
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	20.594	0	20.594
72100912 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	97.290	0	97.290
RFB/MF	04.303	0	04.303
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	32.927	0	32.927
72201011 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FOMENTO DA RADIODIFUSÃO PÚBLICA - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	24.722	0	24.722
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	17.305	0	17.305
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.417	0	7.417
73100111 - ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.078.947	0	2.078.947
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.731.550	0	1.731.550
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	347.397	0	347.397
73100211 - CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	155.383	0	155.383
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	155.383	0	155.383
75000011 - RECEITA INDUSTRIAL - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	183.086.957	0	183.086.957
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	134.452.630	0	134.452.630
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	48.634.327	0	48.634.327
76100111 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	16.848.275	0	16.848.275
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.117.612	0	2.117.612
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	14.730.663	0	14.730.663
76100211 - INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.404.226	0	1.404.226
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.404.226	0	1.404.226
76100311 - SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.536.453	0	1.536.453



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.536.453	0	1.536.453
76100411 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.433.776	0	2.433.776
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.433.776	0	2.433.776
76300111 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	36.350.775	0	36.350.775
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	31.340.062	0	31.340.062
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.010.713	0	5.010.713
76909911 - OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	36.020	0	36.020
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	36.020	0	36.020
79100211 - MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	4.297	0	4.297
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	4.297	0	4.297
79220611 - RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	549.006	0	549.006
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	549.006	0	549.006
79900211 - APORTES PERIÓDICOS PARA COMPENSAÇÕES AO RGPS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	16.002.935.467	0	16.002.935.467
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	16.002.935.467	0	16.002.935.467
Total	3.399.469.969.668	13.180.000.000	3.412.649.969.668



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

ANEXO 3
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS REESTIMADAS POR FONTE DE RECURSOS

R\$ 1,00

Fonte de Recursos	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	254.707.272.757		254.707.272.757
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	200.472.698.682		200.472.698.682
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	1.328.856.103		1.328.856.103
106 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAÚDE DOS POLÍCIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL	18.143.645		18.143.645
107 - OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	308.421.065		308.421.065
108 - FUNDO SOCIAL - PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	4.047.319.657		4.047.319.657
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	4.212.904.068		4.212.904.068
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	51.559.265.753		51.559.265.753
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	20.886.486.472		20.886.486.472
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	10.999		10.999
116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	67.800.000		67.800.000
117 - RECURSOS ORIUNDOS DAS CONTRIBUIÇÕES VOLUNTÁRIAS PARA O MONTEPIO CIVIL	532.257		532.257
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	3.898.727.517		3.898.727.517
119 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO	33.332.272		33.332.272
123 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES	2.212.290.845		2.212.290.845
127 - CUSTAS JUDICIAIS	497.824.796		497.824.796
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	22.499.857.044		22.499.857.044
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	864.097.481		864.097.481
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	67.687.562		67.687.562
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	5.763.157.422		5.763.157.422
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	29.799.835		29.799.835
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	3.132.482.820		3.132.482.820
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	2.011.463.017		2.011.463.017
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	79.203.675		79.203.675
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	41.445.120.798		41.445.120.798
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	2.044.742.952		2.044.742.952
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	19.624.676.215		19.624.676.215
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	946.407.726.665		946.407.726.665
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	619.145.551.873		619.145.551.873
148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	226.526.524		226.526.524
149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	2.975.709.748		2.975.709.748
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.933.236.962		3.933.236.962
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	54.626.583.470		54.626.583.470
152 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL	215.022.839.244		215.022.839.244
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	154.670.432.482		154.670.432.482
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	364.587.224.988		364.587.224.988
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	14.392.709.906		14.392.709.906
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	175.858.494		175.858.494
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.834.256.693		1.834.256.693
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	2.276.700.487		2.276.700.487



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2017 - PL nº 018/2016-CN

R\$ 1,00

Fonte de Recursos	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	3.360.316.473		3.360.316.473
162 - RECURSOS PRIMÁRIOS PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	16.772.968		16.772.968
163 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	5.502.203.235		5.502.203.235
164 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	191.382.372		191.382.372
166 - RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	10.005.569		10.005.569
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	21.328.735.074		21.328.735.074
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	1.487.443.002		1.487.443.002
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	4.213.215.486		4.213.215.486
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	22.475.027.692		22.475.027.692
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	8.206.023.623		8.206.023.623
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	7.867.631		7.867.631
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.890.374.877		1.890.374.877
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	2.740.233.162		2.740.233.162
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	32.456.731.794		32.456.731.794
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	964.258.473		964.258.473
183 - PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	277.380.472		277.380.472
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	3.917.247.089		3.917.247.089
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	7.722.284.759		7.722.284.759
188 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL	114.535.647.244		114.535.647.244
194 - DOAÇÕES PARA O COMBATE À FOME	150.542		150.542
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	40.421.756		40.421.756
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	48.506.197		48.506.197
197 - DIVIDENDOS DA UNIÃO	7.707.960.039		7.707.960.039
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	13.511.597		13.511.597
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	10.717.677.571		10.717.677.571
263 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	81.568.353		81.568.353
266 - RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	958.309		958.309
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	7.646.145.765		7.646.145.765
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	295.824.701		295.824.701
293 - PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO	273.510.800		273.510.800
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	218.259.952		218.259.952
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	119.032.789.846	9.310.352.000	128.343.141.846
901 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	0	3.229.100.000	3.229.100.000
912 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0	640.548.000	640.548.000
Total	3.399.469.969.668	13.180.000.000	3.412.649.969.668

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2017 - PL nº 0018/2016 - CN

Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente

Natureza		Unidade Orçamentária		Esfera Tipo Fonte			Valor
Autor	Relator de Receita			Emenda	80990001	Parecer: Pela Aprovação	
19100111	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	900	6.590.000.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	900	2.720.352.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda	F	A	901	3.031.400.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	74913	Rec. Sup. do F. C. FNO	F	A	901	39.540.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	74914	Rec. Sup. do F. C. FCO	F	A	901	39.540.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	74915	Rec. Sup. do F. C. FNE	F	A	901	118.620.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	26101	M. da Educação	F	A	912	640.548.000
Total :							13.180.000.000



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2017 - PL nº 0018 / 2016 - CN

Emendas à Receita Inadmitidas, Rejeitadas, Retiradas e Prejudicadas

<i>Natureza</i>	<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Tipo</i>	<i>Valor</i>	
Autor Celso Jacob		Emenda 35510023 Parecer: Pela Inadmissão		
19900710	Disponibilidades de Recursos do Fundo Social	98000 Rec. Tesouro	A	200.000.000
			Total :	200.000.000
Autor Dalirio Beber		Emenda 38240015 Parecer: Pela Inadmissão		
19900710	Disponibilidades de Recursos do Fundo Social	98000 Rec. Tesouro	A	200.000.000
			Total :	200.000.000



Emendas à Receita por Autor

<i>Natureza</i>	<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Esfera</i>	<i>Tipo</i>	<i>Fonte</i>	<i>Valor</i>
Autor Celso Jacob Emenda 35510023 Parecer: Pela Inadmissão					
19900710	Disponibilidades de Recursos do Fundo Social	98000	Rec. Tesouro	A	200.000.000
Total :					200.000.000
Autor Dalirio Beber Emenda 38240015 Parecer: Pela Inadmissão					
19900710	Disponibilidades de Recursos do Fundo Social	98000	Rec. Tesouro	A	200.000.000
Total :					200.000.000
Autor Relator de Receita Emenda 80990001 Parecer: Pela Aprovação					
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	26101	M. da Educação	F A	912 640.548.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda	F A	901 3.031.400.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	74913	Rec. Sup. do F. C. FNO	F A	901 39.540.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	74914	Rec. Sup. do F. C. FCO	F A	901 39.540.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	74915	Rec. Sup. do F. C. FNE	F A	901 118.620.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	98000	Rec. Tesouro	F A	900 2.720.352.000
19100111	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	98000	Rec. Tesouro	F A	900 6.590.000.000
Total :					13.180.000.000



Espelho de Emendas de Relator à Receita

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990001

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	19100111 Multas Previstas em Legislaçã	6.590.000.000
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação - Administração Direta	11130111 Imposto sobre a Renda de Pes	640.548.000
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11130111 Imposto sobre a Renda de Pes	39.540.000
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11130111 Imposto sobre a Renda de Pes	2.720.352.000
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11130111 Imposto sobre a Renda de Pes	3.031.400.000
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11130111 Imposto sobre a Renda de Pes	39.540.000
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11130111 Imposto sobre a Renda de Pes	118.620.000

JUSTIFICATIVA

Reestimativa em função de omissão pela ausência dos efeitos do projeto de lei do senado numero 405/2016.